

ATA DA 3.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ANGRA DO HEROÍSMO RELATIVA AO ANO 2026

Aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis pelas nove horas e trinta minutos, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo na sua 3.ª sessão ordinária, a cujos trabalhos presidiu o senhor deputado municipal José Gabriel do Álamo de Meneses no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelas senhoras secretárias municipais: Wendy Mary Toste Ferreira Vieira e Tânia Gil da Rocha Lemos.

A senhora secretária Wendy Vieira procedeu à chamada, tendo-se verificado as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA:

Alexandra Cristina Santos Freitas – Arnaldo José da Silveira Teixeira – Carlos Alberto da Costa Ferreira – Cláudia Alexandra Coelho Cardoso – Cláudia Fabiana Nunes Melo – Eduína Maria Ferreira Ornelas Borges – Frederico Vaz Cardoso – Hélio António Guerrinha Ávila – Honória de Fátima Dias Leandro Lourenço – Isabel Maria Diniz Berbereia – João Manuel Machado Enes – João Pereira Bettencourt – José Clemente Nunes da Silva – José Gabriel do Álamo de Meneses – José Miguel de Freitas Toste – Luís Miguel da Silveira Soares – Marília Margarida Enes Garcia de Vargas – Paulo Alexandre Ávila Fagundes – Paulo Henrique Lopes de Mendonça – Ricardo Manuel Pires Meneses – Rita Belo Santos – Rogério Paulo Nogueira e Sousa – Tânia Gil da Rocha Lemos – Wendy Mary Toste Ferreira Vieira.

GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:

Cesário Alberto Ferreira Pamplona – Carlos Rafael da Rosa – Chantell Loureiro Pacheco – Luís António Matias Coelho – Luís Carlos Cota Soares – Luís Manuel Mendes Leal – Magda Cecília Borges Cardoso – Márcia Luísa Ávila Pavão Martins – Maria Guilhermina Ourique Moniz Silva – Nídia Manuela de Sousa Lopes Inácio – Paulo Rui Paiva Ferreira Chaves – Tânia Luísa Soares Sousa Costa.

GRUPO MUNICIPAL DO CDS-PP:

Michéle Soveta Aguiar – Tiago Miguel Areias Ferreira – Vítor Bruno Costa Pereira.

GRUPO MUNICIPAL DO CHEGA:

José Macedo Rodrigues Bernardo.

CÂMARA MUNICIPAL:

Presidente: Maria da Conceição Lobão Santos da Silveira Amorim.

Vereadores: Guido de Luna da Silva Teles – Luísa da Costa Barcelos – Paulo Alexandre Silva Lima – Pedro Fins – Rui Miguel Ornelas Drumonde – Sónia Alexandra Fernandes Ferreira.

Posta à discussão e votação sem que se verificassem quaisquer intervenções, a ata da 2.ª sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 24 de abril de 2026 foi aprovada com 35 votos a favor e duas abstenções.

O senhor presidente da Mesa procedeu à leitura resumida do expediente, informando que os documentos se encontram disponíveis na nuvem, e dando conta do seguinte:

- Da Câmara Municipal:
 - Uma resposta a um requerimento apresentado pelo grupo municipal do PSD sobre os apoios prestados às freguesias.
 - Um relatório referente a uma questão levantada por um cidadão no início da sessão anterior sobre o licenciamento de uma obra no Caminho Novo.
 - A resposta a uma intervenção do público no início da sessão anterior referente a contratação pública.
- Da Assembleia Municipal da Praia da Vitória:
 - Um ofício, comunicando a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento de Álamo Oliveira.
- Do Tribunal de Contas:
 - Um documento sobre a verificação da conta de 2024.
- Da Associação Nacional de Assembleias Municipais:
 - Um ofício, dando conta de um conjunto de iniciativas sobre a arquitetura do poder local.
- Do senhor deputado municipal Carlos Ormonde:
 - Uma declaração de renúncia ao mandato.
- Do Agrupamento de Escuteiros 139 do Porto Judeu:
 - Um ofício a agradecer o Voto de Congratulação pelo seu 65.º aniversário, aprovado na sessão anterior da Assembleia Municipal.
- Da Associação Cultural do Porto Judeu:
 - Um ofício a agradecer o Voto de Congratulação pelo seu 25.º aniversário, aprovado na sessão anterior da Assembleia Municipal.

PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve intervenções da parte do público presente.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Sr. d. m. Paulo Chaves: – Bom dia senhor presidente da Assembleia e senhoras membros da Mesa, senhora presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Antes de mais e enquanto angrense e líder da bancada municipal do PSD, sinto um grande orgulho e cumpre-me dar os parabéns à senhora presidente, ao executivo e a todos os funcionários da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, pela forma meticulosa e honrosa como foram organizadas as cerimónias comemorativas do dia 10 de junho, dia de Portugal. É justo que, também na política, elogiemos e nos congratulemos quando assim tiver que ser.

Sem querer tomar muito tempo a esta Assembleia, aproveito para colocar duas questões à senhora presidente da Câmara, começando por um pedido de esclarecimento acerca da proposta que foi aprovada por unanimidade em reunião de Câmara, respeitante à entrega de chaves ao senhor presidente da República.

Gostaria que a senhora presidente da Câmara nos fizesse o ponto da situação da Pousada da Juventude e pergunto-lhe também se pode esclarecer esta casa em relação ao que se passou com a suposta ou alegada descarga no Fanal.

Sra. presidente da Câmara: – Bom dia senhor presidente da Assembleia e senhoras membros da Mesa, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Começo por agradecer ao senhor deputado, a felicitação pela organização das comemorações do dia 10 de junho com a presença do senhor presidente da República, que muito orgulharam os dois concelhos da ilha Terceira. Obrigado pelas suas palavras.

Quanto à questão que colocou acerca da Pousada da Juventude, temos estado a trabalhar em conjunto com a entidade gestora, a PGA Pousadas, que nos entregou o processo, tendo sido respondido por esta Câmara que estava isenta de licenciamento por não se prever qualquer alteração em termos de fachada nem de interiores; no entanto, um dos responsáveis pela entidade gestora entrou mais tarde em contacto comigo, dizendo que tencionavam apresentar um projeto de arquitetura e especialidades devido à necessidade de introduzir algumas alterações com vista ao melhoramento da qualidade da pousada.

O referido projeto deu entrada na Câmara Municipal em fevereiro de 2026, foi analisado de imediato pela equipa de arquitetos e enviado à Direção Regional do Turismo e à Direção dos Recursos Florestais e Ordenamento Territorial, no sentido da obtenção de pareceres vinculativos, tendo sido enviado um ofício para a entidade gestora da pousada.

O contrato anteriormente celebrado entre a entidade gestora da Pousada da Juventude e o Governo Regional não prevê a realização de obras, mas pretendem aumentar o número de quartos e proceder a alterações na fachada da pousada. Além do ofício que foi enviado à entidade gestora, estabeleci contacto com um dos seus responsáveis, solicitando que nos fosse enviada, o mais rapidamente possível, a alteração ao dito contrato.

Resumindo, necessitaríamos de três documentos para procedermos ao licenciamento da obra: a alteração do contrato celebrado entre a entidade gestora da Pousada da Juventude

e o Governo Regional para permitir a realização das referidas obras e os pareceres das diversas entidades atrás referidas. O responsável pela entidade gestora da pousada referiu que tinha uma reunião agendada com o senhor presidente do Governo Regional e a licença para a realização das obras será emitida logo após a receção dos referidos documentos.

Da parte da Câmara Municipal e da entidade gestora da Pousada da Juventude, existe todo o interesse que as obras comecem o mais rapidamente possível porque o edifício está a degradar-se de dia para dia.

No que diz respeito à situação ocorrida no Fanal, devo informar esta Assembleia que não houve qualquer descarga; eu não estava cá, mas o nosso chefe de divisão e o vereador responsável por essa área foram de imediato ao local verificar o que se estava a passar e aquele cheiro nauseabundo deveu-se a uma acumulação de algas em decomposição, à semelhança do que tem acontecido noutros locais.

Juntamente com a senhora vereadora Sónia Ferreira, tive a oportunidade de percorrer todas as zonas balneares e de banhos do concelho e ficámos muito preocupadas com a acumulação de algas em alguns locais, apesar da limpeza que é feita regularmente. Os utilizadores da zona de banhos do Fanal podem ficar descansados porque não aconteceu ali qualquer descarga da estação.

Sr. presidente da Mesa: – Vou responder à questão do senhor deputado Paulo Chaves relativa à entrega das chaves da cidade ao senhor presidente da República. Na reunião de Conferência de Líderes houve a manifestação desse interesse por parte da Câmara Municipal, mas trata-se de uma competência da Assembleia Municipal. Por ser uma matéria que carece de alguma dignidade e discipção, trataremos do assunto em devida altura numa futura sessão desta Assembleia.

Sr. d. m. José Toste: – Bom dia senhor presidente da Assembleia e senhoras membros da Mesa, senhora presidente da Câmara e restante executivo municipal, senhoras e senhores deputados municipais, senhoras e senhores presidentes de juntas de freguesia.

Em primeiro lugar, quero deixar uma palavra de orgulho e agradecimento aos responsáveis pela realização das cerimónias do dia 10 de junho na ilha Terceira, uma organização conjunta entre a Casa da Presidência da República, o Governo Regional e ambos os municípios da ilha Terceira, que contou com a participação de outros órgãos municipais, designadamente as juntas de freguesia.

Destacando o senhor presidente da Junta de Freguesia de São Pedro e a senhora presidente da Junta de Freguesia do Porto Judeu, onde se realizaram os dois momentos solenes do dia 10 de junho, quero parabenizar e felicitar os executivos municipais e os demais presidentes de juntas de freguesia pelo esforço que fizeram para engalanar as suas freguesias, contribuindo assim para a boa organização das cerimónias do dia 10 de junho na ilha Terceira. A senhora presidente da Câmara foi uma ótima anfitriã e, tal como o título de Angra, foi também «mui nobre, leal e sempre constante» nestas cerimónias. Muito nos honrou com a sua presença e pela forma como participou nestas cerimónias que reforçaram a importância geoestratégica da ilha Terceira no quadro do nosso regime autonómico. Enquanto ilha,

devemos orgulhar-nos do nosso papel na construção desta autonomia regional que agora comemora cinquenta anos.

Lembrando que esta Assembleia Municipal costuma solicitar informações à Câmara Municipal a respeito do arranque da época balnear, aproveito para questionar a senhora presidente da Câmara a respeito da atribuição de bandeiras azuis e se estão asseguradas as questões de vigilância das nossas zonas balneares, tendo em conta alguns problemas verificados no ano anterior respeitantes a nadadores-salvadores.

Lembrando a preocupação relativamente ao Fanal, já aqui sublinhada ao de leve, e sabendo tratar-se de um problema relacionado com algas que se tem agravado em toda a costa da ilha Terceira, gostaria de saber que ações têm sido levadas a cabo pela Câmara Municipal com vista à minimização desta situação.

Sra. presidente da Câmara: – Agradeço as palavras do senhor deputado relativamente às comemorações do dia 10 de junho na ilha Terceira, lembrando algumas entidades que foram fundamentais para a forma como decorreram estas cerimónias. Dado que o almoço do dia 10 de junho ia decorrer na vila do Porto Judeu, começo por agradecer à senhora presidente da Junta de Freguesia e a todos os colaboradores da freguesia que, desde a primeira hora, estiveram disponíveis preparando o pavilhão para receber as autoridades que por lá passaram no dia 10 de junho; foram inexcedíveis em todo o trabalho que realizaram, desde as pinturas até à montagem da sala.

Deixo também um agradecimento às diversas entidades que colaboraram connosco, como a CARITAS e outras, para transporte de alguns militares, não esquecendo os colaboradores da Câmara Municipal que, desde o dia em que recebemos a notícia que ocorreriam na ilha Terceira, as cerimónias do dia 10 de junho, sempre se mostraram motivados e disponíveis para que a cidade recebesse condignamente o senhor presidente da República. Estamos todos de parabéns; nós, os senhores presidentes de juntas de freguesia aqui presentes e todas as entidades que contribuíram para as cerimónias comemorativas do dia 10 de junho que pretendíamos para a nossa ilha.

Foram vários os embaixadores que por cá passaram nestes dias, sendo que alguns optaram por prolongar a sua estadia para conhecerem melhor a ilha Terceira. A Câmara Municipal recebeu muitos desses embaixadores que mostraram toda a vontade em estabelecer relações de proximidade e cooperação com Angra do Heroísmo ao nível de setores como a tecnologia e a agricultura. Tive a oportunidade de prestar algumas informações acerca dos nossos diversos setores de atividade e do trabalho que estamos a fazer ao nível de captação de investimento exterior para a obtenção de mais empregos qualificados no nosso concelho. Aproveitámos assim para estreitar relações e estabelecer contactos com entidades de outros países. O concelho de Angra do Heroísmo e a ilha Terceira estão de parabéns.

Respondendo à questão sobre a época balnear, posso dizer-vos que a mesma terá início no dia 15 de junho, terminando no dia 15 de setembro. Ao longo dos últimos meses têm sido levados a cabo, serviços de pintura, assim como a colocação e reparação de equipamentos ao

nível de corrimões, de guarda-sóis e de tudo o que é necessário nas zonas balneares para que as pessoas se sintam confortáveis e em segurança.

Ao jeito de um esclarecimento ao senhor presidente da Junta de Freguesia da Feteira que está aqui presente, informo que o Totem ainda não chegou devido a alguns problemas relacionados com o transporte. Infelizmente, os materiais não estão a chegar à ilha Terceira com a celeridade que pretendemos, mas logo que o recebamos, o equipamento será colocado na Serretinha para maior segurança dos banhistas.

Em articulação com a Associação Os Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo, foi preparado com toda a normalidade o processo relativo aos nadadores-salvadores, que estarão presentes em todas as zonas balneares. Foi efetuada a habitual fiscalização nas diversas zonas onde estão colocadas as bandeiras azuis, à exceção da Salga devido a um desmoronamento ocorrido na zona do solário, e a acumulação de algas e a dificuldade da chegada de cimento à ilha Terceira fizeram com que a «TREPA – Construção Civil» atrasasse um pouco a obra. Tive a oportunidade de visitar o local e constatei que seria impossível a realização de qualquer trabalho de construção civil devido à quantidade de algas ali existente. A empresa está já a trabalhar e de acordo com a informação que nos foi prestada, a obra estará terminada no dia 15 de junho. Logo que termine a betonagem, a zona será fiscalizada e colocada a bandeira azul, como habitualmente acontece.

Informo ainda esta Assembleia que o município de Angra do Heroísmo foi contemplado com três galardões de bandeira «Praia ZERO Poluição 2026». A qualidade da água foi analisada em 2023, 2024 e 2025 e classificada como «excelente», mais um galardão que muito nos enriquece.

Ainda a respeito das algas, devo dizer-vos que temos previsto um procedimento para 65 intervenções durante cinco meses, distribuídas pelas diversas zonas balneares, prevendo-se um aumento nas zonas onde se verificar maior necessidade de intervenção. Serão feitas por mês, três limpezas na zona balnear do Negrito, uma na zona balnear da Silveira, duas na zona balnear da Prainha, uma na zona balnear da Baía do Refugo, três na zona balnear da Salga e três na zona balnear dos Salgueiros.

Para efetuar estes trabalhos de limpeza, foram consultadas quatro empresas da ilha Terceira: Francisco Andrade Valadão, Manuel Laranjo Quitério e Nelson Ananias Contente. Esta última apresentou os melhores valores, por isso irá proceder aos referidos trabalhos de limpeza.

O nosso município recebeu ainda da QUERCUS, a distinção «Praias Qualidade de Ouro» atribuída às zonas balneares das Cinco Ribeiras, do Negrito, da Silveira, da Baía do Refugo, da Salga e dos Salgueiros. Este galardão é atribuído anualmente, distinguindo a qualidade da água das praias portuguesas. Estas duas distinções dão maior segurança aos frequentadores das zonas balneares do concelho de Angra do Heroísmo.

Sra. d. m. Michéle Aguiar: – Bom dia senhor presidente e senhoras membros da Mesa, senhora presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados municipais.

Fazendo minhas as palavras dos meus colegas, gostaria de congratular a Câmara Municipal pelo acolhimento e participação nas comemorações do dia 10 de junho.

Estando a uma semana do início da maior festa do nosso concelho e uma das maiores dos Açores, e considerando que o Bailão foi um dos palcos principais das comemorações do Dia de Portugal, pergunto se a colocação de infraestruturas naquele local terá algum impacto ao nível da organização das Sanjoaninas.

Sra. presidente da Câmara: – Desde a primeira hora tivemos o cuidado de antecipar a preparação das Sanjoaninas de forma a não colidirem com as cerimónias do dia 10 de junho. Procedeu-se à iluminação da cidade, enquanto foram sendo preparados os carros alegóricos nas oficinas da Câmara Municipal e no próprio dia 10 de junho já estavam a ser instaladas tasquinhas no Bailão. O palco do Pátio da Alfândega não pôde ser instalado mais cedo devido à cerimónia do hastear da bandeira, mas as nossas equipas foram reforçadas e devidamente articuladas com a contratação de meios externos para que a preparação das Sanjoaninas decorresse a partir do dia 11 com a celeridade necessária e as festas tenham o seu início em pleno no próximo dia 19. São as maiores festas do concelho de Angra e dos Açores, que muito nos orgulham porque há cada vez mais interessados em deslocarem-se à nossa ilha. Para terem uma ideia, estive em Alenquer e passei também por Lisboa e foram muitas as pessoas que me disseram que pretendiam vir à ilha Terceira, mas havia um pequeno problema relacionado com os transportes aéreos; sei que foram reforçados, mas soube que uma filarmónica de Alenquer estava com dificuldades na obtenção de lugares nos voos para cá se deslocarem.

Não tenho dúvidas que o nosso pessoal está devidamente empenhado na preparação das festas Sanjoaninas, que vão envolver também um cortejo alusivo aos cinquenta anos da nossa autonomia, além de um desfile etnográfico que está a ser preparado com muito cuidado para retratar muitas das nossas tradições. As nossas freguesias também se têm empenhado ao máximo para apresentarem um desfile representativo das suas tradições, fazendo ligação com o tema das Sanjoaninas.

Ao longo deste tempo temos levado a cabo todos os procedimentos desde a limpeza urbana à instalação de infraestruturas, para que nada falhe, tenhamos umas festas em grande a partir do dia 19 e nos sintamos cada vez mais orgulhosos por vivermos nesta cidade e neste concelho.

Sra. d. m. Chantell Pacheco: – Bom dia senhor presidente da Assembleia Municipal e membros da Mesa, senhora presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados municipais, público que nos assiste.

Ainda sobre as festas Sanjoaninas, gostaria de questionar a respeito da decisão de alterar os tradicionais saltos à fogueira para os dias 24 ou 27 de junho, as duas datas que têm sido referidas, quando esta iniciativa tem sido sempre realizada na noite de São João, ou seja, do dia 23 para o dia 24 de junho, data que do ponto de vista cultural e simbólico, confere um maior e total significado.

Tendo em conta que sabemos que foram apresentadas por diversas marchas, propostas que procuravam melhorar o calendário das marchas de São João e considerando ainda a proposta apresentada pelos grupos municipais do PSD e do CDS-PP para a criação de um

regulamento com vista a assegurar maior rigor, transparência e respeito pelas tradições das Sanjoaninas, gostaríamos de saber quais os fundamentos que levaram o executivo a optar pela realização dos saltos à fogueira noutro dia em vez de melhorar a organização do dia das marchas.

Sra. presidente da Câmara: – Não houve alteração dos saltos à fogueira nem das sardinhas que habitualmente acontecem na noite de 23 para 24 de junho. Houve aqui alguma confusão e eu já tive a oportunidade de esclarecer nos programas semanais de uma das rádios, que os DJ's foram transferidos para o dia 27 de junho porque, na noite de São João, teriam que iniciar a sua atuação a uma hora tardia e as pessoas que vivem naquela zona precisam de descansar. Que fique bem claro que os tradicionais saltos à fogueira e as sardinhas se manterão na noite de São João do dia 23 para o dia 24 de junho.

Quanto ao dito regulamento, não é submetida qualquer candidatura sem a garantia que as pessoas tenham lido as normas de procedimento no ato de inscrição das marchas, às quais todos têm acesso. Este executivo optou por manter as normas do ano anterior e aquando do sorteio das marchas tivemos o cuidado de convidar os presentes a enviarem-nos sugestões de alteração às normas de procedimento, que seriam posteriormente avaliadas pelo executivo. A questão é discutível porque cada um tem uma ideia diferente em relação ao desfile das marchas de São João.

O dia de São João é muito importante e idealizado para a participação das pessoas. Existem muitas marchas de adultos, divididas por dois dias: 34 desfilarão no primeiro dia, seis passaram para o segundo e vamos ter com certeza uma noite de São João que muito nos vai orgulhar. Temos marchas provenientes do Funchal e das restantes ilhas dos Açores e não podemos esquecer os impactos económicos muito importantes para a economia de Angra do Heroísmo. São muitas as pessoas que se instalam na nossa hotelaria, consomem na restauração e compram no comércio local, por isso não podemos desvalorizar a sua presença nem passá-los para segundo plano.

Perante os contributos que temos recebido e continuaremos a receber dos munícipes, além do dia do sorteio, eu e o senhor vice-presidente da Câmara tivemos a oportunidade de referir noutras alturas, que estamos a ponderar proceder a algumas alterações às normas de procedimentos sem restringir a participação das pessoas nas festas. Esta sempre foi e será a posição do município, sabendo que há sempre melhorias e ajustes a fazer em qualquer processo, incluindo o desfile das marchas de São João, um assunto que tem sido também debatido em reuniões de Câmara com os senhores vereadores da oposição. Vamos continuar a trabalhar em conjunto para continuarmos a ter um grande dia de São João.

Sra. d. m. Márcia Pavão: – Bom dia senhor presidente da Assembleia e restante Mesa, senhora presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados municipais.

Voltando à questão da abertura da época balnear, gostaria de saber se é possível quantificar o número de nadadores-salvadores afetos às zonas balneares do concelho e se não houve dificuldades no seu recrutamento que possam comprometer a vigilância nessas mesmas zonas.

Uma outra questão prende-se com a Estratégia Local de Habitação no âmbito do PRR. Pergunto quantas habitações estavam previstas concluir e entregar até ao momento e qual a taxa de execução financeira das candidaturas aprovadas.

Sra. presidente da Câmara: – Como sabem, foi estabelecido um protocolo celebrado com a Associação Os Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo e não nos foi reportada qualquer dificuldade respeitante ao recrutamento dos 31 nadadores-salvadores, segundo informações que acabei de obter.

Quanto ao PRR e às questões relacionadas com a habitação, temos dado cumprimento a tudo o que foi aprovado pelo IHRU. Como já referi em anteriores sessões da Assembleia Municipal, submetemos candidaturas para as 449 casas de habitação social da Câmara Municipal, das quais foram aprovadas 326. Eu e o senhor vereador Rui Drumonde, responsável por esta área, tivemos uma reunião *online* com o senhor presidente do IHRU na semana passada, na qual manifestámos a nossa preocupação a respeito das candidaturas que não foram aprovadas.

Devo dizer-vos que foi muito importante termos arriscado, porque se não tivéssemos lançado os concursos públicos antes da aprovação dessas candidaturas, não teríamos concluída a maioria dos bairros, faltando finalizar o bairro do Terreiro em São Mateus e os três lotes do Lameirinho que foram aprovados pelo IHRU, ficando quatro lotes por aprovar.

Está tudo a ser programado, foram entregues 216 casas e o nosso objetivo é entregar as restantes até ao final do mês de agosto. As candidaturas não aprovadas transitaram para o regime especial com uma taxa de financiamento de 85 % até 31 de dezembro, passando para 75 % e assim sucessivamente até 2030. Não nos foi dada qualquer garantia da data em que começarão a analisar as candidaturas porque a prioridade é o PRR, cujas execuções devem ser finalizadas até ao mês de agosto, sendo também esse o nosso objetivo.

Os empreiteiros têm sido parceiros incansáveis do município, fazendo um enorme esforço e desempenhando um papel fundamental com vista à conclusão destes dois bairros, enfrentando maiores dificuldades no Lameirinho, cujas candidaturas foram aprovadas muito tarde pelo IHRU. Por mais esforços que façam, não podemos esquecer as grandes dificuldades que têm sentido relativamente à chegada de materiais à ilha Terceira.

Foi feito e está pago um investimento de 18,2 milhões de euros relativamente às habitações sociais e continuamos com atrasos significativos nas transferências do IHRU para a região. Como resultado da pressão que fizemos junto daquele instituto, dos mais de 2,5 milhões de euros pagos com fundos próprios do município, conseguimos que nos fossem disponibilizados 1 472 000,00 € e vamos submetendo semanalmente pedidos de pagamento porque temos ainda por receber um valor bastante significativo.

As candidaturas dos beneficiários diretos foram aprovadas tardiamente, uma questão que muito nos preocupa, por isso trazemos um regulamento a esta sessão da Assembleia Municipal. Submetemos 134 candidaturas ao IHRU, tendo sido aprovadas apenas vinte, sendo que uma boa parte das restantes estão incluídas nos 26 mil fogos e não vão ser aprovadas para financiamento do PRR, passando para o regime especial; contudo, segundo referiu o senhor presidente do IHRU e após uma análise que será feita aos rendimentos dos

beneficiários, algumas dessas candidaturas poderão ainda beneficiar de um financiamento a 100 %.

Das candidaturas incluídas nos 26 mil fogos que não foram aprovadas, não sabemos quantas serão financiadas a 100 %. Eu e o senhor vereador Rui Drumonde fizemos questão de transmitir ao senhor presidente do IHRU que se trata de pessoas com dificuldades financeiras sem a possibilidade de pagarem 15 % do investimento que está a ser realizado. Existe a possibilidade de reprogramações que poderão não ser aceites, dependendo da disponibilidade de dotação do PRR no final de todo este processo. Por precaução, caso não seja possível a reprogramação e o pagamento pelo IHRU deste investimento extra devido ao aumento dos preços, vamos avançar com fundos próprios do município relativamente aos beneficiários privados.

Sra. d. m. Nídia Inácio: – Bom dia senhor presidente da Assembleia Municipal e senhoras membros da Mesa, senhora presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, senhoras e senhores presidentes de juntas de freguesia.

Na sessão anterior da Assembleia Municipal fiz referência ao estacionamento em espinha no final da Rua Recreio dos Artistas perto da Tabacaria Angra, um problema que se mantém, dificultando a passagem de uma ambulância, um carro de bombeiros, ou mesmo uma viatura de carga, uma situação que tenderá a piorar com o estacionamento um pouco descontrolado durante as maiores festas dos Açores, as Sanjoaninas, que terão início daqui a uma semana. Lembro que naquela rua mora gente de idade avançada, daí a urgência da necessidade de se proceder a algumas alterações àquela forma de estacionamento para permitir a melhor circulação de uma viatura de emergência.

O ano letivo está a chegar ao fim e os encarregados de educação dos alunos da escola Infante D. Henrique do Alto das Covas continuam a queixar-se da falta de uma passadeira na Rua da Queimada em frente ao portão recentemente aberto na lateral da escola para acesso dos alunos.

Ainda a respeito de trânsito, e tendo em conta que a loja da AIMA possui um lugar de estacionamento, gostaria de saber se existe a possibilidade de atribuir também um espaço ao chefe ou a outro membro da repartição de finanças de Angra do Heroísmo, que por vezes é chamado de urgência para ir ao tribunal ou a outro local para efetuar uma ação de inspeção e vê-se obrigado a percorrer a cidade para conseguir estacionar. Penso que foi feito um pedido há uns anos, que não foi concedido, por isso volto a questionar acerca desta possibilidade.

Tendo em conta que há filarmónicas que tocam em duas, três ou mais marchas na noite de São João, e sabendo que o percurso pela Rua do Rego não será fácil, pergunto se existe a possibilidade de alguma forma de transporte, pelo menos dos músicos mais idosos e dos instrumentos mais pesados desde a Praça Velha até ao Alto das Covas. Não podemos esquecer que a música das marchas é mais ritmada e alegre, tocada num constante para e arranca, ao contrário do que acontece num desfile normal num ritmo constante pela Rua da Sé até à Praça Velha sem que os músicos tenham que regressar ao Alto das Covas. Sabemos que as marchas são muito bonitas, mas não brilham sem as filarmónicas.

Sra. presidente da Câmara: – Nos anos anteriores houve sempre uma viatura para transportar os instrumentos das filarmónicas que tocam em mais do que uma marcha, caso contrário seria inviável que alguns músicos voltassem a tocar em marchas seguintes. Temos sempre motoristas da Câmara Municipal a transportar esses instrumentos.

A questão das passeadeiras é um trabalho que temos vindo a desenvolver junto dos nossos empreiteiros. As intervenções já se encontram contratadas, mas ainda estou a aguardar a substituição por calçada branca em duas passeadeiras da Rua da Sé, um trabalho há muito previsto; no entanto e como devem saber, temos escassez de calceteiros na ilha Terceira, que nos vão fazendo estas intervenções quando têm disponibilidade.

Peço ao senhor presidente da Mesa que conceda a palavra ao senhor vereador Paulo Lima para responder às restantes questões colocadas pela senhora deputada Nídia Inácio.

Sr. vereador Paulo Lima: – Muito bom dia senhor presidente da Assembleia e restante Mesa, senhora presidente da Câmara, caros colegas vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Na última sessão da Assembleia Municipal tomei nota do assunto referente ao local próximo da Cozinha Económica e levei-o à Comissão Municipal de Trânsito que é representada por entidades como os Bombeiros, a PSP, a APALIT, a Direção Regional de Viação entre outras, e todas concordaram que aquela zona está a necessitar de algumas alterações. Ficou decidido que o município faria um pequeno projeto para apresentar na próxima reunião da Comissão Municipal de Trânsito acerca de uma alteração a efetuar naquele passeio do lado da Cozinha Económica com vista à remoção daquelas zonas dentadas. O assunto está a ser tratado e esperamos que se concretize com a maior brevidade possível, dado que a própria Associação Humanitária Os Bombeiros Voluntários manifestou também a sua preocupação quanto a uma possível situação que implique a deslocação de viaturas de maior porte para aqueles lados, apesar de existir uma viatura de menor dimensão que foi adquirida pela Câmara Municipal há uns anos e tem conseguido acautelar este tipo de situações.

No que diz respeito à passeadeira da Rua da Queimada, estive no local, tive a oportunidade de falar com o representante da escola Infante D. Henrique do Alto das Covas e constatou-se que a referida passeadeira deve realmente existir. Recordo que tínhamos lançado um procedimento no valor aproximado de 400 mil euros para a requalificação daquele arruamento com a colocação de calçada, adaptando-o às novas entradas e dando continuidade ao centro histórico, mas infelizmente o concurso ficou deserto e suspendemos a empreitada devido à passagem das viaturas pesadas ao serviço da obra do Mercado Municipal. Quando se verificar algum alívio da pressão dessas viaturas, voltaremos a lançar concurso para essa empreitada; até lá procederemos a uma pavimentação nas zonas das passeadeiras, incluindo a respetiva pintura.

Respondendo à questão referente ao lugar de estacionamento para a repartição de finanças, a atribuição destes lugares «especiais» de estacionamento cria precedentes complicados, por isso optámos por não atribuir novos lugares reservados a entidades públicas ou privadas, mantendo-se as já existentes, como é o caso da AIMA ou dos Serviços Florestais

que possuem três lugares reservados. Temos indeferido também outros pedidos recebidos da parte de alguns departamentos do Governo Regional.

Ao jeito de nota final, lembro que o nosso regulamento prevê que as viaturas oficiais, sejam nacionais, regionais ou locais, incluindo as do município da Praia da Vitória, estejam isentas do pagamento de estacionamento tarifado na cidade de Angra do Heroísmo.

Sr. d. m. José Bernardo: – Bom dia senhor presidente da Assembleia Municipal e respetiva Mesa, senhora presidente da Câmara Municipal e senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, senhoras e senhores presidentes de juntas de freguesia, munícipes deste concelho.

Quero associar-me aos votos de congratulação das comemorações do dia 10 de junho ocorridas na nossa ilha. Embora não seja incumbência ou culpa desta Câmara Municipal, foi cometida uma gafe grotesca para com os ex-combatentes. Aqueles que, no auge da sua juventude arriscaram as suas vidas pela nossa pátria, à última hora foram renegados para irem comer no quartel, quando deveriam ter sido convidados para nos acompanharem em todo o percurso e no almoço ocorrido na freguesia do Porto Judeu. Em seu nome e também como antigo combatente, quero salientar aqui esta gafe grotesca.

Sra. presidente da Câmara: – Apesar de se tratar de um protocolo de Estado e não de uma competência da Câmara Municipal, gostaria de fazer uma pequena correção. Não houve qualquer tipo de discriminação para com os militares antigos combatentes, já que foram convidados para participarem no almoço na vila do Porto Judeu. Segundo as informações que nos chegaram, foram eles próprios que decidiram almoçar com os outros militares para uma situação de convívio, algo que pode ser também confirmado pelo senhor deputado líder do grupo municipal do PSD. Não posso deixar passar uma informação que não está correta, porque existe todo o respeito pelos antigos combatentes, como se pôde verificar pelo cuidado tido no protocolo de Estado para que se sentissem confortáveis durante as cerimónias.

Sr. d. m. José Bernardo: – Não é essa a informação que tenho. Como antigo combatente, foi a mim que se dirigiram e estou a reportar o que os vinte ex-combatentes me transmitiram.

Sra. d. m. Guilhermina Silva: – Muito bom dia senhor presidente da Assembleia e restante Mesa, senhora presidente da Câmara e senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Voltando à questão da época balnear, pergunto se, além das zonas balneares, a Câmara efetua também análises às águas das zonas de banhos.

A Prainha ficou novamente excluída da atribuição da bandeira azul. Tratando-se de uma zona balnear localizada em pleno centro histórico da cidade e a única com areia, este ano a Prainha foi candidata à bandeira azul? Se não foi, qual o motivo?

Sra. presidente da Câmara: – As águas das zonas de banhos como o Fanal, a Prainha ou a Serretinha estão sujeitas ao mesmo tipo de análises que as águas das zonas balneares, porque temos que garantir a segurança das pessoas. À semelhança do que aconteceu em

2025, este ano o município optou por não voltar a candidatar-se à bandeira azul na Prainha e logo se verá o que vai acontecer futuramente.

Sr. d. m. Paulo Chaves: – Pedi a palavra porque a senhora presidente da Câmara mencionou o meu nome e muito bem. O senhor deputado José Bernardo tem toda a legitimidade para expor aqui o que entender, mas tenho um companheiro meu de partido, um ex-combatente, que ontem nos facultou esta nota, que passo a citar em abono da verdade nesta casa: *«Um esclarecimento sobre o dia de Portugal, no qual o nosso grupo de antigos combatentes foi convidado para o almoço no dia 17. Optámos por almoçar com os militares num convívio entre os ex-combatentes militares, mesmo tendo sido convidados para o almoço do Porto Judeu. Mais ainda, tivemos durante as cerimónias do Cerrado do Bailão, uma mesa com pica pica e água à disposição. Fomos muito bem recebidos e homenageados.»* Tinha que deixar este contributo em jeito de esclarecimento.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

O senhor presidente da Mesa procedeu a uma leitura resumida dos pontos da Ordem de Trabalhos.

1. DA CÂMARA MUNICIPAL:

1.1 – Ent. 15425 - Informação da Senhora Presidente da Câmara Municipal, relativa à atividade municipal desenvolvida durante o período de 1 de abril a 31 de maio de 2026, bem como informação sobre a situação financeira da Câmara.

Sra. presidente da Câmara: – Na atividade municipal decorrida entre 1 de abril e 31 de maio, tenho a destacar todos os procedimentos referentes à preparação das festas Sanjoaninas, que ocuparam uma grande parte do tempo, tanto do executivo, como das equipas da Câmara Municipal, assim como a preparação da época balnear e das comemorações do dia 10 de junho durante um mês e meio a dois meses.

Neste período, tivemos obras a decorrer ao nível das pinturas no edifício da Câmara Municipal, no Centro Cultural e de Congressos e noutros edifícios camarários. Dedicámos também muita atenção ao compromisso de entrega da revisão do PDM (Plano Diretor Municipal) ao Governo Regional. A proposta esteve em revisão durante bastante tempo e seguiu agora para apreciação pela Direção Regional da Cooperação com o Poder Local, para que depois se proceda à consulta pública e se possa encerrar este ciclo.

Numa parceria com o Instituto Histórico da Ilha Terceira, decorreram neste Salão Nobre, diversas conferências relacionadas com a autonomia, assim como uma conferência relativa aos cinquenta anos do poder local que contou com representantes de três forças políticas, o atual presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, doutor Pedro Pimpão, a ex-presidente desta associação, doutora Luísa Salgueiro e o ex-autarca e atual deputado na Assembleia Legislativa Regional, Luís Silveira. Esta conferência foi extremamente importante,

na qual se fez uma reflexão sobre os últimos cinquenta anos, perspetivando-se um pouco sobre o futuro. Falou-se também muito de descentralização e das situações sentidas pelas autarquias relativamente à Lei das Finanças Locais.

Neste período, decorreu a 14.ª edição do Encontro Nacional das Cidades e Vilas Resilientes, no qual foi abordada a proteção civil e a prevenção, um evento que trouxe à ilha Terceira mais de cem pessoas. Os vários coordenadores e os presidentes de diversos municípios do país que estiveram presentes deram conta das suas experiências em termos de proteção civil e da situação dramática da catástrofe que se viveu na zona centro do país há relativamente pouco tempo.

Um outro aspeto importante a referir é a homenagem justa que foi prestada neste Salão Nobre ao doutor Álvaro Monjardino com a apresentação dos dois primeiros livros sobre autonomia e política, ficando seis por apresentar, prevendo-se a publicação de um livro por ano. Estes livros ensinam muito sobre o percurso do doutor Álvaro Monjardino e a reflexão que devemos fazer sobre a autonomia e a política, quando celebramos cinquenta anos de autonomia.

A obra do Mercado Municipal está a decorrer dentro do cronograma que estava previsto e a intervenção no Centro Interpretativo do Castelo de São João Batista encontra-se na fase final. De destacar também a substituição da cobertura da Casa do Regalo, assim como intervenções em algumas vias.

Estamos a preparar o processo com vista ao lançamento em breve do concurso para a intervenção no Caminho da Ponta em São Sebastião, que se encontra intransitável como pude constatar há cerca de duas semanas. Não podemos ter no nosso concelho, uma via naquelas condições e é urgente resolver a questão do canaleta para não virmos a ter problemas. Estamos a atuar em articulação com o senhor secretário do ambiente e ação climática para que se concretize o mais rapidamente possível, esta obra que é muito importante para o concelho de Angra do Heroísmo.

O senhor vereador Paulo Lima acabou de me recordar o lançamento de um concurso para tratamento de águas residuais em São Mateus, que ficou deserto, por isso voltaremos a insistir com o lançamento de um novo concurso. Foi novamente lançado e está a ser analisado pelo júri, o concurso referente à escola das Cinco Ribeiras, ao qual concorreram duas empresas.

No relatório da atividade municipal que os senhores membros da Assembleia Municipal tiveram oportunidade de apreciar, constam também todas as empreitadas e ajustes diretos.

A informação sobre a atividade municipal foi apreciada. (53/2026/AMAH).-----

1.2 – Int. 18538 - Terceira alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal, tendo em vista a introdução de um posto de trabalho na carreira e técnico superior – licenciado em Engenharia (mecânica, eletromecânica, industrial, transportes) ou em Gestão/Economia, logística ou áreas similares, destinado ao Parque Automóvel Municipal. Para aprovação da

Assembleia Municipal nos termos da alínea o), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sra. presidente da Câmara: – O município de Angra do Heroísmo é detentor de 109 viaturas, o que implica a necessidade de um técnico para coordenar e monitorizar toda a frota automóvel. Nesse sentido, estamos a propor uma alteração ao nosso quadro de pessoal com vista à criação de um posto de trabalho para um licenciado em engenharia mecânica, eletromecânica, industrial ou de transportes, ou então em termos de gestão, economia, logística e áreas similares. Os custos do município relacionados com manutenção de viaturas em 2025 rondaram os quatrocentos mil euros, quando a Câmara Municipal possui equipamentos para proceder a muitas dessas manutenções internamente.

Sra. d. m. Michéle Aguiar: – Apesar da abrangência técnica e da especialização das várias áreas a concurso, o grupo municipal do CDS-PP é favorável a esta alteração ao mapa de pessoal por considerar que a mesma contribuirá para uma melhor gestão dos recursos públicos, e possivelmente este posto de trabalho pagar-se-á a si próprio. Votaremos favoravelmente esta proposta.

A Alteração foi aprovada por unanimidade. (54/2026/AMAH).-----

Sr. presidente da Mesa: – Peço a anuência dos senhores membros da Assembleia Municipal para debatermos os dois pontos seguintes em conjunto porque, na verdade, são apenas um ponto. Sendo um pedido de autorização de um compromisso plurianual, implica uma revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano.

Nada a opor da parte dos senhores membros da Assembleia Municipal.

Sra. presidente da Câmara: – Foi lançado o concurso público para a empreitada de construção do reservatório da Fonte da Telha, um projeto que havia sido submetido ao PO 2030 e se encontra aprovado. O contrato foi assinado no dia 7 de outubro de 2025 e foi enviado para obtenção do visto do Tribunal de Contas. A verba estava alocada ao ano 2025, ano em que se previa executar a obra, e totalizava 1 582 155,34 € com divisão em dois lotes.

O primeiro lote no valor de 1 188 198,41 € diz respeito à construção do reservatório e à ligação à nascente da Fonte da Telha e o segundo lote tem a ver com a ligação ao reservatório da Fonte Faneca na Terra Chã. Com esta alteração pretende-se reprogramar o investimento do lote n.º 1 no valor de 134 989,36 € para o ano 2026 e o valor de 1 051 209,03 € para o ano 2027.

No que se refere ao lote n.º 2, temos um investimento aproximado de 45 000,00 € até ao final de 2026 e 350 000,00 € para executar em 2027. No fundo, trata-se de uma reprogramação e divisão do investimento pelos anos 2026 e 2027.

No que diz respeito à Terceira Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano constante no Ponto 1.4, existe um reforço de 76 000,00€ relacionado com uma proposta de

regulamento que trazemos à Assembleia Municipal para que as juntas de freguesia de possam candidatar à abertura de campos de férias nas diversas freguesias do concelho.

Sra. d. m. Michéle Aguiar: (Numa declaração de voto) – O grupo municipal do CDS-PP vai abster-se na votação destes dois pontos, seguindo a mesma linha de votação no orçamento municipal.

1.3 – Int. 14924 - Pedido de autorização de compromisso plurianual, no âmbito do contrato da Empreitada de Construção do Novo Reservatório da Fonte da Telha, incluindo Conduitas de Ligação ao Reservatório R0 – lotes 1 e 2. Para autorização da Assembleia Municipal nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho.

O pedido foi autorizado, por maioria com 22 votos a favor, sendo 20 do Partido Socialista e 2 do Partido Social Democrata e 12 abstenções, sendo 8 do Partido Social Democrata, 3 do CDS-PP e 1 do deputado municipal do CHEGA. (55/2026/AMAH).

1.4 – Int. 20418 - Terceira Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal para 2026. Para aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

A Revisão foi aprovada por maioria com 24 votos a favor, sendo 22 do Partido Socialista e 2 do Partido Social Democrata, e 12 abstenções, sendo 8 do Partido Social Democrata, 3 do CDS-PP e 1 do deputado municipal do CHEGA. (56/2026/AMAH).

1.5 – Int. 19986 - Segunda alteração ao Regulamento Municipal de Apoio ao Estudo Acompanhado. Para aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea g), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sra. presidente da Câmara: – Como foi referido em anteriores sessões da Assembleia Municipal, havia a necessidade de procedermos a algumas alterações no sentido de tornarmos mais flexível o Regulamento Municipal de Apoio ao Estudo Acompanhado, perante o reduzido sucesso que o mesmo tem apresentado, embora continuemos a considerá-lo muito importante para os jovens do concelho.

Na reunião do Conselho Local de Educação foram abordadas questões relacionadas com este e outros regulamentos ligados à educação, por isso estamos a apresentar à Assembleia Municipal, as propostas connosco articuladas no sentido de simplificarmos este Regulamento Municipal de Apoio ao Estudo Acompanhado. Uma das condições a ter em linha de conta no regulamento anterior, eram os escalões do abono de família, sendo que o apoio era prestado até ao 4.º escalão, enquanto nesta nova proposta e em articulação com as diversas escolas, estamos a aceitar os escalões escolares para permitir uma maior facilidade na obtenção de informação.

O anterior regulamento previa a apresentação de candidaturas no mês de julho e estamos agora a propor que as mesmas sejam efetuadas no período compreendido entre 25 de agosto e 25 de setembro mediante a apresentação do documento comprovativo do respetivo escalão escolar. Perante uma situação de igualdade, a ordenação de desempate será feita começando pelo maior escalão, seguindo-se o rendimento *per capita* e o critério do candidato mais jovem.

São estas as pequenas alterações propostas ao Regulamento Municipal de Apoio ao Estudo Acompanhado com vista a torná-lo mais simples e flexível, lembrando que a exigência da apresentação do comprovativo do abono de família apresentava alguns problemas às respetivas candidaturas.

Sra. d. m. Michéle Aguiar: – Pergunto se o apoio ao Estudo Acompanhado mediante os escalões escolares em detrimento do abono de família, irá beneficiar um maior número de famílias e se existe já uma estimativa do impacto financeiro deste apoio por cada aluno.

Sra. presidente da Câmara: – No nosso entender, vamos ter um maior número de jovens beneficiários do apoio ao Estudo Acompanhado. O que poderá gerar alguma confusão é o facto de a versão anterior referir nesta mesma alínea que era acrescido o IVA à taxa em vigor, mas mantêm-se os 25 euros por aluno sem qualquer alteração em relação aos anos anteriores. Tive a oportunidade de estabelecer a comparação entre regulamentos, tal como os senhores membros da Assembleia poderão fazer, consultando o regulamento que está publicado no *site* da Câmara Municipal e constatar que lá consta o valor de 25 euros.

Sra. d. m. Michéle Aguiar: – Desconheço se já ocorria, mas nos documentos que nos foram facultados, existe uma alteração no valor de 20 para 25 euros na respetiva alínea.

Sra. presidente da Câmara: – Poderá ter havido um qualquer lapso porque o documento que transferi da «nuvem» refere os 25 euros, mas podemos confirmar. Na primeira alteração ao regulamento efetuada em 2025, passou-se de 20 para 25 euros, tal com consta no regulamento que tenho ao meu dispor, e a única alteração ocorrida na alínea c) foi a retirada do valor do IVA para os sujeitos passivos. Fico admirada e peço desculpas pela possibilidade de ter ocorrido algum lapso na entrega dos documentos, porque ainda ontem conferi os documentos disponíveis na «nuvem» e constavam lá os 25 euros.

Sra. d. m. Cláudia Cardoso: – Bom dia senhor presidente da Assembleia e respetiva Mesa, senhora presidente da Câmara e respetivos vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Todos reconhecemos os méritos deste regulamento, sendo notórias e óbvias as boas intenções que lhe estão subjacentes; no entanto e apesar das sucessivas alterações, tem havido alguma dificuldade em fazê-lo chegar à população, nomeadamente aos pais das crianças e jovens que dele podem beneficiar.

Por fazer parte do Conselho Local de Educação, estou a par das sugestões e do acolhimento destas propostas de alteração da parte da Câmara Municipal, mas pergunto à senhora presidente se entende que está a ser feita toda a sensibilização possível a respeito

desta matéria ou se há algo mais a fazer para que as pessoas reconheçam os méritos de uma proposta que permite um auxílio efetivo aos seus educandos sem crêscimos financeiros, que são bastante significativos para grande parte das famílias do concelho e da ilha em geral.

Sra. presidente da Câmara: – Nunca nada está completo e é necessária mais sensibilização junto da população e das diversas entidades que podem organizar as salas do Estudo Acompanhado.

Desde a publicação deste regulamento, reunimos com as juntas de freguesia, com os pais e com as escolas, exercendo um trabalho de proximidade junto das diversas entidades no sentido de explicar todas as questões relacionadas com este regulamento. Houve muita dificuldade da parte dos pais na entrega de toda a documentação necessária para as candidaturas e era colocada em causa a apresentação da declaração do abono de família, daí esta alteração que estamos a propor relacionada com os escalões escolares para ficarmos alinhados com o que se passa nas escolas. Além de termos ouvido os professores na última reunião do Conselho Local de Educação, o senhor vereador Rui Drumonde tem estado em contacto permanente com as diversas escolas para acatar as várias opiniões acerca deste regulamento que hoje trazemos à Assembleia Municipal.

Queremos que os jovens do nosso concelho beneficiem deste apoio, lembrando que este regulamento se aplica também à escola dos Biscoitos. Sei que há necessidades nas aulas de estudo acompanhado e de reforço escolar, por isso fico admirada por não termos alunos a beneficiarem do cheque para o reforço escolar, ou seja, para as explicações. Tivemos apenas dois alunos, quando todos reconhecemos a importância das explicações no ensino secundário.

A candidatura é feita *online* mas estamos em permanente contacto de proximidade com as diversas entidades com vista à sensibilização da população para a importância do Estudo Acompanhado. Perante as reuniões que tivemos com os encarregados de educação, que são fundamentais, constatámos que os jovens têm outras prioridades, por isso temos que continuar a insistir, lembrando que não há rigidez quanto aos horários, que são concertados com as famílias e com as entidades candidatas. Temos o exemplo de uma freguesia em que os grupos funcionavam a partir das 19 horas. É necessário reforçar a sensibilização e usar todos os meios disponíveis para que a informação vá efetivamente ao encontro da população.

A alteração foi aprovada por unanimidade. (57/2026/AMAH).-----

1.6 – Int. 19935 - Quinta alteração ao Regulamento Municipal de Apoio à Habitação. Para aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea g), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sra. presidente da Câmara: – Este regulamento destina-se fundamentalmente aos beneficiários diretos e vem ao encontro da informação que facultei.

Angra do Heroísmo é o município açoriano que apresenta maior execução ao nível do PRR Habitação, o que nos deixa muito satisfeitos porque assim os nossos munícipes beneficiam de outras condições de habitação.

Tínhamos um regulamento destinado aos munícipes que queiram realizar obras nas suas habitações até ao valor de cinco mil euros. O que estamos a propor a esta Assembleia é um aditamento a este regulamento no que se refere às candidaturas aprovadas pelo IHRU nos casos em que o orçamento seja superior ao aprovado aquando da submissão da candidatura. Na eventualidade de o IHRU não permitir a reprogramação desse valor, propomos que seja o município a efetuar este pagamento, caso contrário, sabemos que as obras não serão finalizadas porque nenhum destes vinte munícipes dispõe de disponibilidade financeira para o efeito. É mais um esforço de investimento que o município não poderia deixar de fazer, porque temos que concluir, de uma maneira ou de outra, as poucas candidaturas que temos aprovadas pelo IHRU.

Fomos dizendo ao senhor presidente do IHRU que pretendemos que esta reprogramação seja aceite porque sabemos que o PRR Habitação não alcançou as devidas taxas de execução e não podemos sobrecarregar o município em termos financeiros. Se tal não acontecer, teremos que proceder a alterações orçamentais para acomodar este valor extra porque estes vinte munícipes não podem ficar com as obras por realizar nas suas habitações.

Sra. d. m. Michéle Aguiar: – Ainda a respeito do Ponto 1.5, após consultar as minhas notas, confirmei que na reunião de Conferência de Líderes, fui induzida em erro pelo senhor vereador que estava presente, mas fiquei esclarecida a respeito do que aconteceu.

Quanto ao regulamento constante no Ponto 1.6, o grupo municipal do CDS-PP é obviamente favorável ao apoio aos munícipes, justamente por não disporem de condições financeiras para a realização de obras; no entanto, gostaria de saber se o não cumprimento dos prazos abrange todos estes vinte munícipes, se foi feito um levantamento e se o município tem uma ideia do valor que terá que assumir pelo incumprimento dos prazos de execução.

Sra. presidente da Câmara: – Não estão em risco os prazos de execução e as obras terminarão no mês de agosto de 2026. A questão é que as candidaturas foram aprovadas por um valor inferior àquele que agora o empreiteiro apresentou no seu orçamento aos beneficiários privados devido aos aumentos nos custos dos materiais. Não estão em causa todas as habitações e, se não me falha a memória, a diferença de valores ronda os 150 mil euros a mais. Caso o IHRU, através da reprogramação e da dotação financeira do PRR, não consiga apoiar esta diferença de valores devido ao aumento dos custos dos materiais nos últimos dois anos, a Câmara Municipal tenciona apoiar os beneficiários.

Sr. d. m. José Toste: – O grupo municipal do Partido Socialista votará favoravelmente esta proposta de alteração focada nos beneficiários individuais que, no nosso entender, receberam menor tratamento da parte do IHRU; fizeram um grande esforço e foram sendo relegados para segundo plano devido aos atrasos na aprovação das suas candidaturas, resultando numa inevitável revisão de preços.

As fórmulas de revisão de preços são aplicadas pelos empreiteiros dentro do quadro legal, por isso vemos com bons olhos e saudamos a iniciativa da Câmara Municipal ao

apresentar esta proposta de alteração no sentido de garantir que não tenha sido em vão, todo o esforço já feito ao longo dos últimos dois anos pelos privados e pelo próprio município nas respetivas avaliações.

O custo extra é infinitamente inferior ao benefício deste grupo de beneficiários do PRR Habitação, que foi o mais negligenciado desde o início de todo o processo. Saudamos esta iniciativa cautelar da Câmara Municipal, que apenas se concretizará caso o IHRU não tenha capacidade de resposta.

Sra. d. m. Michéle Aguiar: – Gostaria de esclarecer que, na reunião de Conferência de Líderes foi-nos comunicado que, passados os prazos de execução, o financiamento passaria de 100 para 85 % e reduziria ainda mais consoante as demoras da execução.

Considerando a falta de esclarecimento ocorrida nestes dois pontos, peço à Câmara Municipal que futuramente aja no sentido de uma melhor comunicação prévia à Conferência de Líderes para não haver azo a este tipo de confusões.

Sra. presidente da Câmara: – Houve uma comunicação prévia e o que o senhor vice-presidente terá referido, é que as taxas de apoio aos beneficiários serão inferiores a partir do mês de agosto, passando de 100 para 85, depois para 75 %, etc. Passo a citar o que refere este regulamento: «... *beneficiários diretos PRR com candidaturas aprovadas dentro da meta dos 26 000 fogos no âmbito do Programa de Apoio ao Acesso à Habitação.*» O regulamento é claríssimo e foi feita uma comunicação, mas poderá ter havido alguma confusão. Gostaria de saber se agora fui clara na minha explicação.

Sra. d. m. Michéle Aguiar: – A senhora presidente foi clara na sua explicação, mas volto a referir que não foi referido o facto de os orçamentos ultrapassarem os valores originais, apenas os prazos de execução.

A Alteração foi aprovada por unanimidade. (58/2026/AMAH).

1.7 – Int. 20033 - Regulamento Municipal de Apoio para a realização de Campos de Férias – Angra em Férias. Para aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea g), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sra. presidente da Câmara: – O regulamento que agora vos estamos a apresentar é uma iniciativa que consta no nosso programa eleitoral. Por altura da revisão do orçamento, tive a oportunidade de referir a alocação de 76 mil euros para o ano 2026 destinados a campos de férias não residenciais nas freguesias por períodos de uma a quatro semanas com vinte participantes, sendo que cada junta de freguesia poderá apresentar uma candidatura.

Neste regulamento, constam as várias temáticas que podem ser abordadas. Estes campos de férias serão assegurados por um coordenador responsável e um monitor por cada grupo de dez participantes. Haverá um apoio de dez euros por dia por jovem para despesas de alimentação, transporte, seguro, desenvolvimento de atividades e aquisição de bens consumíveis.

As juntas de freguesia candidatas poderão, através destes campos de férias, ajudar os pais que trabalham quando os filhos se encontram de férias, ocupando-os com atividades que, decerto, os irão enriquecer. Será feita uma transferência inicial de 70 % do valor e os restantes 30 % serão pagos no final com a apresentação do relatório.

Sr. d. m. Hélio Ávila: – Bom dia senhor presidente e senhoras membros da Mesa, senhora presidente da Câmara e senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, senhoras e senhores presidentes de juntas de freguesia e público que nos assiste.

Começo por saudar a senhora presidente e a Câmara Municipal pela proposta que hoje nos é apresentada. No nosso entender, devem ser valorizadas todas as iniciativas que fomentem o acesso a atividades educativas e à ocupação dos tempos livres, incluindo as férias. Muitas das vezes, os jovens acabam por passar as férias grandes de verão em casa, entretidos com os computadores e com as novas tecnologias, quando todos sabemos que é muito importante que saiam à rua para brincar e participar em diversas atividades.

Apesar de já existirem vários campos de férias na ilha, em vários casos os custos a eles associados afastam as famílias, daí a importância de salientar o artigo 21.º desta proposta que garante uma participação gratuita e igualdade de oportunidades para os jovens e famílias de todas as freguesias do concelho. Dou os parabéns à Câmara Municipal por esta proposta.

A Alteração foi aprovada por unanimidade. (59/2026/AMAH).

1.8 – Ent. 1419 - Primeira alteração ao Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais do Município de Angra do Heroísmo. Para aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea g), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sra. presidente da Câmara: – Esta proposta vem de encontro a algo que também constava no nosso programa eleitoral para este mandato, o aumento de três para cinco anos da isenção do pagamento de IMI da parte de quem fizer investimento em habitação para arrendar. Trata-se de uma alteração ao capítulo relativo aos benefícios fiscais de apoio à habitação, reabilitação urbana e combate à desertificação.

Atendendo à falta de habitação no concelho de Angra do Heroísmo, a partir de agora, aqueles que fizerem obras nas suas casas, disponibilizando-as para habitação, beneficiarão de uma isenção do pagamento de IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) durante cinco anos.

Sra. d. m. Michéle Aguiar: – O CDS-PP apoiará todas as propostas que visem a melhoria de condições de vida e a fixação de população no concelho de Angra do Heroísmo. Votaremos favoravelmente a presente proposta.

A Alteração foi aprovada por unanimidade. (60/2026/AMAH).-----

Sr. presidente da Mesa: – Passamos a um capítulo diferente da nossa Ordem de Trabalhos, as questões honoríficas, visando a entrega destas distinções no dia da cidade de Angra no próximo mês de agosto.

1.9 – Int. 19249 - Proposta de Atribuição de Medalha de Mérito Industrial e Comercial à Loja do Adriano, pelos 100 anos de atividade. Para aprovação da Assembleia Municipal.

Sra. presidente da Câmara: – Esta proposta de atribuição da Medalha de Mérito Industrial e Comercial à Loja do Adriano foi aprovada por unanimidade em reunião de Câmara.

A Loja do Adriano é uma loja histórica, que este ano comemora cem anos de existência; tive a oportunidade de ouvir a sua incrível história numa apresentação que lá foi feita e a forma como o dono desta livraria conseguia fazer chegar os livros à ilha Terceira nos tempos da censura para que a população os pudesse ler, tendo sido muitas vezes perseguido pela PIDE.

A Câmara Municipal está a preparar um regulamento que se encontra em discussão pública, referente à atribuição de um selo «Loja Histórica», incluindo algum apoio às várias lojas históricas existentes na ilha Terceira e orgulha-se pela apresentação à Assembleia Municipal, desta proposta de atribuição da Medalha de Mérito Industrial e Comercial à Loja do Adriano no dia da cidade de Angra do Heroísmo no próximo mês de agosto.

A Proposta foi aprovada por unanimidade. (61/2026/AMAH).-----

1.10 – Int. 19904 - Proposta de Atribuição de Medalha de Mérito Industrial e Comercial à Gaspar Ópticas, pelos 50 anos de atividade – Para aprovação da Assembleia Municipal.

Sra. presidente da Câmara: – A Gaspar Ópticas comemora este ano 51 ou 52 anos de existência; por ser também uma loja histórica e um marco muito importante na nossa cidade, é merecedora da atribuição desta Medalha de Mérito Industrial e Comercial.

A Proposta foi aprovada por unanimidade. (62/2026/AMAH).-----

1.11 – Int. 19250 - Proposta de Atribuição de Medalha de Mérito Cultural a Belarmino Ramos, pela sua atividade na área cultural. Para aprovação da Assembleia Municipal, por escrutínio secreto.

Sra. presidente da Câmara: – Todos conhecemos o senhor Belarmino Ramos, um grande impulsionador da cultura na ilha Terceira e não só, tendo completado o ano passado, cinquenta anos de dedicação ao Alpendre Grupo de Teatro. Há relativamente pouco tempo, tive a oportunidade de estar presente numa tertúlia em que ele apresentou a peça «Os Sonhos do Infante», da qual foi também protagonista. O senhor Belarmino Ramos merece ser

reconhecido por todo o trabalho que tem feito em prol da cultura no nosso concelho, na ilha Terceira, nos Açores e também lá fora.

A Proposta foi aprovada por unanimidade, após votação por escrutínio secreto. (63/2026/AMAH).-----

1.12 – Int. 20021 - Proposta de Atribuição de Medalha de Mérito Cultural ao Alpendre Grupo de Teatro, pelos 50 anos em produções de teatro. Para aprovação da Assembleia Municipal.

Sra. presidente da Câmara: – O Alpendre Grupo de Teatro tem realizado um trabalho extraordinário em termos de cultura e celebrará cinquenta anos de existência no mês de dezembro de 2026. Está a ser solicitado para apresentar a peça «Os Sonhos do Infante» este ano em Ponta Delgada, a Capital Portuguesa da Cultura 2026.

A Proposta foi aprovada por unanimidade. (64/2026/AMAH).-----

1.13 – Int. 19988 - Proposta de Atribuição de Medalha de Mérito Profissional a Gabriel Alves Vieira, pelos 50 anos de atividade na área da fotografia. Para aprovação da Assembleia Municipal, por escrutínio secreto.

Sra. presidente da Câmara: – Demais conhecido por todos nós, o fotógrafo Gabriel Alves Vieira está presente com a sua máquina para fazer reportagens de todos os eventos que se realizam nesta terra, sejam touradas à corda, festas religiosas, casamentos e muitos outros. Cinquenta anos são uma vida na área da fotografia, como podemos ver através das fotografias de outros tempos que o Foto Gabriel publica nas redes sociais, marcos que nos fazem recordar. É com muito gosto que apresentamos à Assembleia Municipal, esta Proposta de Atribuição da Medalha de Mérito Profissional a Gabriel Alves Vieira pelos cinquenta anos ao serviço da fotografia.

Sr. d. m. Paulo Mendonça: – Bom dia senhor presidente e senhoras membros da Mesa da Assembleia, senhora presidente da Câmara e senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais e colegas presidentes de juntas de freguesia.

Quero aproveitar a ocasião para solicitar que o espólio do Foto Gabriel não fique perdido na nuvem ou nas redes sociais, sugerindo à Câmara Municipal que vá um pouco mais além e, de alguma forma, faça com que o mesmo fique guardado para memória futura.

A Proposta foi aprovada por unanimidade, após votação por escrutínio secreto. (65/2026/AMAH).-----

2. DOS GRUPOS MUNICIPAIS DO PS, PSD, CDS-PP E CHEGA:

2.1 – Atribuição de Voto de Congratulação a Luís Godinho, por todo o trabalho desenvolvido e pelos resultados alcançados. Para aprovação da Assembleia Municipal, por escrutínio secreto.

A senhora deputada municipal Nídia Inácio apresentou o voto em epígrafe.

«Luís Godinho é natural de Angra do Heroísmo, iniciou o seu percurso académico na área de Engenharia e Gestão Ambiental, demonstrando desde cedo um compromisso com a sustentabilidade e o desenvolvimento regional. A sua experiência na Administração Pública Regional foi determinante para consolidar valores de serviço público, rigor e responsabilidade, que permaneceram como alicerces ao longo da sua trajetória profissional.

Os Grupos Municipais do PSD, CDS, PS e o deputado municipal do CHEGA expressam um Voto de Congratulação ao jovem Luís Godinho, personalidade de referência que honra Portugal com o seu percurso notável e contributo singular para a cultura e imagem do nosso país. Este voto surge na sequência da recente conquista do prestigiado prémio “Câmara de Ouro de Fotógrafo Europeu de 2026,” distinção que coroa uma carreira marcada pela dedicação, excelência e reconhecimento internacional. Durante 8 anos consecutivos, Luís Godinho esteve no pódio com “3 câmaras de ouro, 4 câmaras de pratas e 1 câmara de bronze”, motivo de muito orgulho.

A transição para a fotografia profissional revelou-se um marco decisivo, permitindo a Luís Godinho afirmar-se como especialista em fotojornalismo, fotografia documental e de viagem. A sua lente tem sabido captar realidades, emoções e culturas, promovendo o diálogo e o entendimento entre comunidades, e contribuindo para a valorização do património humano e natural de Portugal.

O reconhecimento nacional e internacional é testemunho do impacto do seu trabalho, tendo sido distinguido em diversos certames, culminando este ano com a atribuição do prémio “Câmara de Ouro de Fotógrafo Europeu”. Este galardão prestigia não só o talento individual, mas também o contributo de Luís Godinho para a projeção da fotografia portuguesa além-fronteiras.

Assim, este Voto de Congratulação celebra a sua trajetória premiada, o impacto cultural gerado pela sua obra e o exemplo inspirador que oferece às gerações presentes e futuras. Luís Godinho é, sem dúvida, motivo de orgulho nacional e fonte de inspiração para todos aqueles que acreditam no poder transformador da arte e da imagem.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Municipal do PSD, o Grupo Municipal do CDS-PP, o Grupo Municipal do PS e o deputado municipal do CHEGA propõem a aprovação de um Voto de Congratulação ao fotógrafo Luís Godinho, por todo o trabalho desenvolvido e pelos resultados alcançados.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao próprio e à Direção Regional da Cultura.»

Sr. d. m. Paulo Mendonça: – Todos estes prémios são alvo de uma fotografia. Tal como fiz anteriormente, gostaria de sugerir que se faça os possíveis para que o espólio fotográfico de Luís Godinho seja também um espólio do nosso concelho.

O Voto de Congratulação a Luís Godinho foi aprovado por unanimidade, após votação por escrutínio secreto. (66/2026/AMAH).

2.2 – Atribuição de Voto de Congratulação ao Grupo Makkit Dance, pelos resultados alcançados no All Dance Portugal 2026. Para aprovação da Assembleia Municipal.

A senhora deputada municipal Nídia Inácio apresentou o voto em epígrafe.

«O Makkit Dance é um estúdio e grupo de dança sediado em Angra do Heroísmo, freguesia da Sé (Angra), na Ilha Terceira, Açores, que se destaca a nível nacional.

Os Grupos Municipais do PSD, do CDS-PP, do PS e o deputado municipal do CHEGA reconhecem e congratulam, com elevado apreço, o grupo Makkit Dance pelos notáveis resultados obtidos na edição de 2026 do All Dance Portugal, realizada em Santa Maria da Feira, Aveiro. O grupo conquistou o 1.º lugar na categoria de dueto contemporâneo e o 2.º lugar em grupo grande no estilo comercial, destacando-se entre os mais de cinco mil participantes provenientes de todo o território nacional, naquela que é a maior competição de dança do país.

É de salientar o orgulho com que a Makkit Dance representou a Região Autónoma dos Açores, sendo a única escola participante da região e elevando o nome da ilha Terceira, do concelho de Angra do Heroísmo, da freguesia da Sé (Angra) no panorama nacional da dança. Esta participação permitiu, não só alcançar resultados de relevo, como também integrar *workshops* e ações formativas com profissionais de renome, nacionais e internacionais, promovendo o desenvolvimento técnico e artístico dos jovens bailarinos.

O percurso da Makkit Dance constitui um exemplo evidente do potencial existente na ilha Terceira e da importância do investimento contínuo na cultura e nos jovens açorianos. Os resultados obtidos evidenciam a qualidade do trabalho desenvolvido pelas crianças, jovens e mestres da instituição, sendo motivo de orgulho para toda a comunidade, e reforçando a relevância do papel das artes na formação das novas gerações.

Assim, reconhecendo o mérito, o empenho e esforço em prol da cultura nos Açores, em geral e na ilha Terceira em particular, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, pela Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Municipal do PSD, o Grupo Municipal do CDS-PP, o Grupo Municipal do PS e o deputado municipal do CHEGA propõem a aprovação de um Voto de Congratulação ao Makkit Dance, do qual deve ser dado formal conhecimento à organização MAKKIT DANCE e à Direção Regional da Cultura.»

O Voto de Congratulação grupo Makkit Dance foi aprovado por unanimidade. (67/2026/AMAH).

2.3 – Atribuição de Voto de Congratulação ao Império de Santa Bárbara, pelo 150.º Aniversário. Para aprovação da Assembleia Municipal.

O senhor deputado municipal Paulo Fagundes apresentou o voto em epígrafe.

«O culto do Espírito Santo chegou aos Açores nos séculos XIV e XV, durante o povoamento das ilhas, e ali adquiriu características próprias.

Na ilha Terceira, considerada um dos principais centros desta tradição, as festas do Espírito Santo continuam a ser celebradas anualmente e são vistas, não apenas como eventos religiosos, mas também como uma expressão fundamental da cultura açoriana.

O facto de o culto ao Espírito Santo se ter desenvolvido de forma particularmente intensa nesta ilha, levou à construção de dezenas de Impérios espalhados pelas freguesias, muitos deles de grande valor histórico e arquitetónico. Estes edifícios possuem enorme importância na medida em que representam uma das manifestações culturais e religiosas mais antigas dos Açores, mantida há vários séculos; são centros de solidariedade comunitária, refletindo ideais de partilha e igualdade; constituem património cultural açoriano e reforçam a identidade local.

Em Santa Bárbara, a construção do império data de 1876, pelo que completa assim 150 anos no decorrer de 2026. Ali se mantêm vivas as práticas tradicionais, como os terços diários, coroações, bênçãos, cortejos e a distribuição de alimentos associados ao bodo do Espírito Santo.

Pelo importante aniversário, mas ainda mais pela continuidade da sua função comunitária durante estes 150 anos, pela preservação do modelo tradicional, em que o império continua a ser um centro de organização social, religiosa e de entreajuda, refletindo um dos aspetos mais característicos da cultura barbarenses e terceirenses, os Grupos Municipais do PS, PSD, CDS-PP e o deputado municipal do CHEGA propõem à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, reunida em sessão ordinária, a aprovação de um Voto de Congratulação ao Império de Santa Bárbara pelo seu 150.º aniversário.

Do mesmo, deverá ser dado conhecimento à Junta de Freguesia de Santa Bárbara, à Irmandade do Divino Espírito Santo da Freguesia de Santa Bárbara e à Paróquia de Santa Bárbara.»

O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade. (68/2026/AMAH).

2.4 – Atribuição de Voto de Congratulação ao Lawn Tennis Clube, pelo 125.º aniversário. Para aprovação da Assembleia Municipal.

O senhor deputado municipal João Bettencourt apresentou o voto em epígrafe.

«Fundado a 12 de maio de 1901, o Lawn Tennis Club é uma das mais antigas e prestigiadas instituições da ilha Terceira e dos Açores. Ao longo dos seus 125 anos de existência, este clube afirmou-se como uma referência social e desportiva da nossa comunidade, preservando uma identidade assente no associativismo, no convívio e na promoção da atividade física.

Durante muitas décadas, o clube desempenhou um papel central na vida social angrése, sendo espaço privilegiado de encontro e dinamização cultural. Nas suas instalações realizaram-se bailes, concertos, peças de teatro, jogos de cartas, palestras, jantares sociais, eventos privados e diversas cerimónias, contribuindo para fortalecer laços entre as diversas gerações terceirenses e marcar a memória coletiva da ilha.

Na vertente desportiva, o Lawn Tennis Club teve um papel determinante no desenvolvimento do ténis na cidade de Angra, na ilha Terceira e na região. A sua escola de ténis, que atualmente regista números recorde de participação, tem sido responsável pela formação pessoal e desportiva de sucessivas gerações de atletas.

Acompanhando a evolução das tendências desportivas e procurando responder aos interesses dos seus sócios e de todos os terceirenses, o Lawn Tennis Club alargou a sua oferta desportiva a novas modalidades, contando atualmente também com a prática do padel e squash. Este crescimento reforça a capacidade do clube se renovar e continuar a afirmar-se como um espaço de atividade física e convívio nas diferentes gerações.

O clube soube afirmar uma oferta inclusiva, acolhendo tanto quem procura a competição, como quem encontra no ténis uma atividade social e de lazer, dispondo de grupos para diferentes idades e níveis de prática. Este trabalho já permitiu alcançar diversos títulos individuais e coletivos e afirmar o nome do clube em contexto regional, nacional e internacional.

O reconhecimento internacional do Lawn Tennis Club é igualmente demonstrado pela organização do seu já conceituado torneio Tennis Europe no escalão de sub14 anos, integrado no circuito internacional, que conta já com 31 edições realizadas, sendo atualmente o segundo torneio de ténis mais antigo do país, interrompido apenas uma vez devido à pandemia da COVID-19.

Ao longo das suas edições, passaram pelos courts do clube atletas que mais tarde alcançaram o top 10 mundial masculino e feminino e em reconhecimento pela excelência organizativa demonstrada, o clube foi distinguido em 2017 pela Tennis Europe com o prémio de “Melhor Organização” entre os torneios do circuito Tennis Europe.

A longevidade e o prestígio desta instituição resultam do contributo de todos aqueles que, ao longo de 125 anos, assumiram responsabilidades na sua direção, colaboraram no seu funcionamento, apoiaram as suas iniciativas e ajudaram a construir o legado que hoje representa. É, por isso, de inteira justiça reconhecer o empenho de dirigentes, colaboradores,

treinadores, atletas, sócios e de todos os que fizeram e continuam a fazer parte da história do Lawn Tennis Club.

Celebrar os 125 anos do Lawn Tennis Club é homenagear o seu passado, reconhecer o seu papel no presente e afirmar a importância de continuar a investir numa instituição que tanto tem contribuído para o desenvolvimento desportivo, social e cultural da nossa comunidade.

Assim, os Grupos Municipais do Partido Socialista, do PSD, do CDS-PP e o Deputado Municipal do CHEGA propõem à Assembleia Municipal reunida em sessão ordinária no dia 12 de junho de 2026, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, a aprovação de um Voto de Congratulação pelos 125 anos do Lawn Tennis Club, felicitando todos os que integram e integraram esta instituição e formulando votos de contínuo sucesso para o futuro.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia da vila de São Mateus e à Direção do Lawn Tennis Club.»

O Voto de Congratulação pelo 125.º aniversário do Lawn Tennis Club foi aprovado por unanimidade. (69/2026/AMAH).

2.5 – Atribuição de um Voto de Congratulação a Júlio Fortuna, pelo primeiro lugar na categoria Solo Nível II do XV Concurso de Trompete da Póvoa do Varzim. Para aprovação da Assembleia Municipal, por escrutínio secreto.

A senhora deputada municipal Rita Santos apresentou o voto em epígrafe.

«Júlio Leonardo Silva Pires Fortuna, atualmente com 12 anos e natural da freguesia do Posto Santo, iniciou o seu percurso musical aos 3 anos de idade quando pediu aos pais pela primeira vez um trompete.

Aos 6 anos é admitido nas provas para ingresso no Conservatório de Angra do Heroísmo, na Escola Tomás de Borba, com 100 valores, tendo até hoje como professor Paulo Borges.

Em 2023 integrou a Filarmónica Recreio Serretense, tendo participado no seu primeiro concerto com esta filarmónica no dia 22 de junho do mesmo ano, na abertura das festas Sanjoaninas, na Praça Velha, em concerto comemorativo dos 150 anos da mesma filarmónica.

Ainda em 2023, em concerto da Filarmónica Recreio Serretense no Green Café, apresentou o seu primeiro solo, intitulado “Vitor Ribeiro”.

Em setembro de 2023 acompanhou a Filarmónica da Serreta no Intercâmbio realizado com a Sociedade União Musical Alenquerense, aquando do Festival “Alma do Vinho” em Alenquer.

Em agosto de 2025 participou com a Filarmónica Recreio Serretense nas Festas de Santo Cristo dos Milagres na ilha Graciosa, tendo a filarmónica apresentado um concerto e participado na Procissão de Santo Cristo dos Milagres.

No concerto que a Filarmónica Recreio Serretense apresentou na Festa de Nossa Senhora dos Milagres, em setembro de 2025, apresentaram o tema de Pedro Abrunhosa “Para os Braços da Minha Mãe”, tendo o Júlio tocado a solo.

Participa em dias festivos no Grupo Coral, na Igreja da Serreta.

Participa com a Filarmónica da Serreta em festas, concertos, desfiles, marchas, animações de rua e touradas.

Foi convidado pela Sociedade Filarmónica de Instrução e Recreio dos Artistas a integrar aquela Filarmónica para o Intercâmbio com a Filarmónica de Mortágua, que se realizou de 28 de maio a 2 de junho de 2025. Desde aí, e sempre que tem disponibilidade e lhe é pedido, ajuda a mesma filarmónica em desfiles.

Foi convidado pela Fanfarra Operária Gago Coutinho e Sacadura Cabral para o seu concerto na Igreja de Santa Luzia, que se realizou no dia 10/01/2026.

Participou no Workshop Jazz, organizado pelo grupo “Angrajazz”, no Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo.

No ano de 2024 teve aulas *online* com o trompetista de renome Luís Martelo.

Participou no IX Música nas Férias, organizado pela Filarmónica Recreio de Santa Bárbara, de 15 a 30 de julho de 2024, com concerto final no Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo.

Em 2024 atuou, a convite do ISSA – Instituto da Segurança Social dos Açores, no II Seminário da “Rede de Apoio Integrado ao Jovem”.

Atuou na Festa de Natal da freguesia do Posto Santo, do ano 2024, acompanhado pelo violão e voz de Beatriz Ferraz, tendo sido denominado o grupo “Notas Cruzadas”.

Convidado por duas vezes do Programa Fanfarra ConVida.

Foi convidado para tocar como “Cornetim” nas touradas de praça da ilha Graciosa.

Por diversas vezes acompanha o Grupo Coral do Posto Santo em missas e celebrações festivas.

Participou no Bailinho de Carnaval do Posto Santo nos anos de 2024, 2025 e 2026.

Nos anos de 2024 e 2025, tocou no cemitério da freguesia do Posto Santo, o “Hino do Silêncio”, aquando das celebrações do Dia dos Fiéis Defuntos.

No mês de agosto dos anos de 2024 e 2025 tocou, como “cornetim”, nas bezerradas das Festas de Santo António do Posto Santo.

Participou no X Música nas Férias, organizado pela Filarmónica Recreio de Santa Bárbara, de 21 a 26 de julho de 2025, com concerto final na Praça Velha.

No ano de 2025, tocou com a Filarmónica de São Brás, para a marcha da Ganadaria “Olé Toiro”, aquando das Sanjoaninas.

No ano letivo 2025/2026, integrou a orquestra do Conservatório de Angra do Heroísmo, na Escola Tomás de Borba.

Participou na Masterclass de Trompete que teve lugar na Escola Básica e Secundária Tomás de Borba, em 2026, orientado pelo professor Artur Barroso, vindo de Portugal Continental, com concerto no Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo.

Recentemente foi convidado a integrar a OSIT – Orquestra de Sopros da Ilha Terceira.

No culminar deste percurso formativo, a disciplina e trabalho do Júlio, levaram-no à participação no XV Concurso de Trompete da Póvoa de Varzim, onde entre 32 concorrentes da sua categoria, foi o primeiro escolhido dos 17 concorrentes selecionados na eliminatória para participação na final, que se realizou nos dias 9 e 10 de maio de 2026, e tendo sido 1.º classificado na categoria Solo Nível II.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, os Grupos Municipais do PS, do PSD, do CDS-PP e o Deputado Municipal do CHEGA, propõem à Assembleia Municipal a atribuição deste voto a Júlio Fortuna por ter obtido o 1.º lugar no referido concurso de trompete. Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao próprio, ao professor Paulo Borges, à Junta de Freguesia do Posto Santo e à Direção Regional da Cultura.»

Sra. d. m. Tânia Costa: – Boa tarde Exmo. senhor presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, Exma. senhora presidente da Câmara e Exmos. senhores vereadores, Exmas. senhoras e Exmos. senhores deputados municipais, Exmos. senhores presidentes de junta de freguesia ou os seus representantes.

As freguesias são berço de uma enorme riqueza humana refletida nas conquistas daqueles que, com dedicação e talento, dignificam as suas localidades. O feito alcançado pelo posto santense Júlio constitui um exemplo desta riqueza, espelhando o seu empenho e o apoio incondicional da sua família.

Iniciativas desta natureza contribuem para a promoção e dinamização da cultura, merecendo o reconhecimento de todos nós. Assim, a Junta de Freguesia do Posto Santo associa-se a este Voto de Louvor e felicita o Júlio pelo objetivo alcançado, desejando-lhe os maiores sucessos.

O Voto de Congratulação a Júlio Fortuna foi aprovado por unanimidade, após votação por escrutínio secreto. (70/2026/AMAH).

2.6 – Atribuição de Voto de Congratulação a Bia Sampaio Mesquita, pelo primeiro lugar no Campeonato Regional de Golfe. Para aprovação da Assembleia Municipal, por escrutínio secreto.

A senhora deputada municipal Honória Leandro apresentou o voto em epígrafe.

«Bia Sampaio Mesquita nasceu a 16 de agosto de 2007. A Bia é reconhecida pelo seu extraordinário percurso desportivo, pelo exemplo de dedicação e perseverança que

representa para a juventude, e pela forma digna e exemplar como tem levado o nome da vila de Porto Judeu, da ilha Terceira e dos Açores além-fronteiras.

Desde cedo, a Bia revelou paixão pelo golfe. Após ter vivido em Portugal, África e França, encontrou nesta modalidade, não apenas um desporto, mas uma verdadeira vocação. Com trabalho, disciplina e determinação, foi construindo um percurso notável, colecionando títulos e distinções que demonstram o seu talento e compromisso.

Entre as suas conquistas, destacam-se os vários títulos de Campeã Regional de Corrèze, em França, a distinção de Melhor Jogadora do Club Athlétique de Brive, a integração na equipa feminina da Divisão II daquele clube, a vitória na BMW Golf Cup de Brive, bem como os inúmeros resultados alcançados já em Portugal, entre os quais os títulos de Campeã Regional dos Açores em 2024, 2025 e 2026, Campeã Regional de Clubes Sub-18, a vitória no Drive Challenge Açores e a conquista de uma bolsa atlética para estudar e competir numa universidade dos Estados Unidos da América.

Mas, este voto pretende reconhecer algo que vai muito além dos troféus, medalhas ou classificações. Pretende homenagear a jovem que nunca esqueceu os valores fundamentais do desporto: o respeito, a humildade, o espírito de equipa e o *fair play*.

São esses valores que fazem da Bia um exemplo para as novas gerações. O seu percurso demonstra que o sucesso nasce do trabalho, mas também da capacidade de enfrentar desafios, adaptar-se a novas realidades, ultrapassar dificuldades e manter sempre a integridade e o respeito pelos outros.

A sua história é a prova de que o talento abre portas, mas não o caráter, a coragem e a determinação que constroem verdadeiros campeões.

Reconhecemos e enalteçemos a excelência desportiva demonstrada, o prestígio que tem proporcionado à nossa comunidade e os valores humanos que tão bem representa, propondo um Voto de Congratulação a Bia Sampaio Mesquita pelo primeiro lugar no Campeonato Regional de Golfe com votos dos maiores sucessos pessoais, académicos e desportivos para o futuro.

Os Grupos Municipais do Partido Socialista, PSD e CDS-PP e o Deputado Municipal do CHEGA propõem à Assembleia Municipal reunida em sessão ordinária no dia 12 de junho de 2026, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, a aprovação de um Voto de Congratulação pelo primeiro lugar no Campeonato Regional de Golfe.

Do presente voto, deverá ser dado conhecimento à Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia da vila de Porto Judeu e a Bia Sampaio Mesquita.»

O Voto de Congratulação a Bia Sampaio Mesquita foi aprovado por unanimidade, após votação por escrutínio secreto. (71/2026/AMAH).

3. DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA:

3.1 – Voto de Protesto ao Governo Regional dos Açores, pelas restrições aos apoios culturais. Para aprovação da Assembleia Municipal.

A senhora deputada municipal Isabel Barbereia apresentou o voto em epígrafe.

«A cultura é o pilar fundamental da identidade açoriana e o nosso melhor instrumento de participação cívica, coesão, igualdade social e de desenvolvimento harmonioso das nossas gentes e comunidades.

Aqui, onde vivemos marcados pela dispersão geográfica e pela insularidade, a atividade cultural assume um relevante papel na valorização das identidades locais, na preservação do património e das tradições, na formação das novas gerações e na dinamização económica e social do nosso território.

Ao longo de décadas, associações culturais, grupos de teatro, ranchos folclóricos, filarmónicas, escolas de música, escolas de dança, coletividades recreativas, artistas, técnicos e demais agentes culturais, têm desenvolvido um trabalho histórico, de elevado interesse público, contribuindo de modo particular para a democratização do acesso à cultura e para as oportunidades e desenvolvimento que ela proporciona, ao nível pessoal, social e comunitário.

Nos Açores, o tecido cultural é suportado essencialmente por artistas e agentes amadores, e por voluntários que formam um movimento com características e dimensão únicas. Pessoas que doam o seu tempo, entusiasmo, trabalho e saber, em favor de projetos que procuram transformar e animar a vida de crianças, jovens, adultos e idosos de todos os estratos e origens sociais.

Se por um lado existe, em cada vez maior número, grupos e artistas profissionais, a verdade é que a larga maioria dos agentes culturais e criativos a operar no arquipélago, opera num contexto amador, mais a mais dispersa pelas nossas ilhas e em contextos de produção cultural diferentes.

As dificuldades que existem para a realização de projetos em Santa Cruz das Flores são manifestamente mais e maiores do que para a realização em Ponta Delgada, Angra do Heroísmo ou Horta, por exemplo.

A atividade de uns e outros depende fortemente de financiamento público.

Contudo, os resultados recentemente divulgados no âmbito do Regime Jurídico de Apoio às Atividades Culturais (RJ AAC), gerido pela Direção Regional da Cultura, Secretaria Regional da Educação Cultura e Desporto evidenciaram fragilidades graves na política pública cultural, traduzida na redução dos apoios atribuídos e na exclusão de iniciativas com impacto comunitário e relevância cultural.

Esta situação provoca instabilidade e preocupação generalizada entre os diferentes agentes de todas as ilhas, porque leva à redução, adiamento ou cancelamento de atividades culturais e compromete a sustentabilidade financeira das suas estruturas.

É um claro motivo de desânimo, desincentivo e até desrespeito para todos os que se empenham na idealização dos projetos, na concretização de atividades e para eles comprometem recursos e investimento. Com estas restrições acentua-se o risco de esvaziamento gradual dos lugares de direção e coordenação artística de muitas das coletividades e associações e alinha-se caminho ao empobrecimento coletivo.

Angra do Heroísmo, é por excelência, um concelho que se afirma e distingue pela sua oferta e diversidade cultural, é um concelho rico em iniciativas, criatividade e talento. Este é um sector com forte impacto na sua dinâmica sócio económica, na produção de riqueza e até na fixação de população.

Em Angra, esta preocupação encontra fundamento em situações concretas, que afetam algumas das mais relevantes estruturas culturais da cidade e concelho: o COFIT – Comité Organizador de Festivais Internacionais da Ilha Terceira, responsável pelo Folk Azores, festival de reconhecida projeção internacional, é confrontado com dificuldades de financiamento que levam à suspensão de iniciativas associadas e a alertas públicos sobre os riscos para a continuidade da sua atividade.

Também o Alpendre Grupo de Teatro, a celebrar os seus 50 anos de existência, referência da criação teatral açoriana e uma das mais antigas estruturas culturais da região, enfrenta um quadro de crescente instabilidade que compromete a continuidade da sua programação, o trabalho de formação artística e a criação de novos públicos.

O Angrajazz – Associação Cultural Angrajazz, responsável por um dos mais prestigiados festivais de jazz do país, tem igualmente manifestado preocupação com a redução de apoios e com a falta de previsibilidade no financiamento, fatores que dificultam o planeamento e a sustentabilidade da sua atividade.

A estes exemplos junta-se o Grupo de Teatro Pedra Mó e outros grupos culturais que dependem fortemente dos apoios previstos no RJAAC para desenvolver o seu trabalho.

Estes casos não constituem situações isoladas, refletem uma preocupação ampla que tem sido expressa por diversos agentes culturais e entidades da região.

A aplicação do atual modelo de apoio, tem vindo a revelar situações em que projetos culturalmente relevantes são aprovados com verbas inferiores às necessárias para a sua concretização, outros ficam sem apoio e outros permanecem sujeitos a processos de reavaliação ou ajustamento que geram incerteza, competição entre os promotores e dificultam o planeamento das atividades.

Concretizando, as candidaturas ao RJAAC 2026 decorreram de 1 de agosto a 30 de setembro de 2025, tendo o prazo sido prorrogado até 15 de outubro. Os agentes culturais candidataram-se a um modelo de financiamento com um conjunto de regras que, entretanto, foram alteradas com a publicação do Decreto Regulamentar Regional n.º 24 de 24 de dezembro de 2025.

Esta alteração das regras quando o jogo já decorre não é um bom exemplo de estabilidade e clareza.

O modelo foi concebido com base num modelo inspirado na DGARTES, sem atender às especificidades da Região Autónoma dos Açores.

É caracterizado como um modelo altamente competitivo e seletivo e pela discrepância entre o modelo adotado e os recursos financeiros disponíveis.

Não responde adequadamente aos desafios da dispersão geográfica e das desigualdades de acesso existentes no arquipélago.

Cerca de metade do orçamento disponível ficou concentrado num número muito reduzido de entidades sendo este um indicador do desequilíbrio na distribuição dos apoios, com risco e efeitos negativos de longo prazo sobre o tecido cultural açoriano.

A situação é agravada pela inexistência de critérios claros que regulem a apresentação de candidaturas e pela ausência de limites ao número de candidaturas que cada entidade pode submeter.

Este modelo, que deveria garantir previsibilidade, estabilidade e valorização da criação artística está, na prática, a deixar de fora projetos de reconhecido mérito cultural, a reduzir apoios a entidades com trabalho consolidado e a gerar insegurança junto daqueles que diariamente contribuem para a vida cultural açoriana.

Assim, o Grupo Municipal do Partido Socialista considera que a atual orientação da política de financiamento cultural da Região levanta sérias preocupações quanto à sua capacidade de assegurar a diversidade cultural, a equidade territorial, a estabilidade das estruturas culturais e a sustentabilidade do setor.

Nestes termos, propõe à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo reunida em sessão ordinária:

1. Manifestar o seu profundo protesto perante a redução, instabilidade e insuficiência dos apoios públicos ao setor cultural na região autónoma dos Açores;
2. Expressar a sua preocupação pelos impactos que estas opções estão a produzir em estruturas culturais de reconhecido mérito e relevância pública, designadamente o COFIT/Folk Azores, o Alpendre Grupo de Teatro, o Angrajazz, o Grupo de Teatro Pedra Mó e outras entidades culturais da ilha Terceira e da região;
3. Reafirmar a importância estratégica da cultura para a identidade açoriana, para a coesão social e para o desenvolvimento económico e cultural sustentável dos Açores;
4. Apelar ao Governo Regional dos Açores para que proceda à reavaliação do atual modelo de financiamento cultural, garantindo maior previsibilidade, estabilidade, clareza e equidade na atribuição dos apoios;

5. Recomendar o reforço dos recursos destinados ao setor cultural, de modo a assegurar condições adequadas para a continuidade da atividade das associações, instituições e agentes culturais da Região;

6. Manifestar solidariedade para com todos os visados (dirigentes das instituições, associações culturais, grupos, escolas de formação, artistas, músicos, aprendizes, amadores e profissionais) afetados pelas atuais dificuldades de financiamento.

Mais delibera a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo remeter o presente Voto de Protesto ao Governo Regional dos Açores, à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aos grupos parlamentares com assento naquele órgão, às entidades culturais mencionadas e aos órgãos de comunicação social da região.»

Sr. d. m. Paulo Chaves: – O grupo municipal do PSD vai abster-se em relação a este Voto de Protesto porque, como costume dizer, palavras, leva-as o vento e as atitudes é que ficam, tanto na vida como na política, e o grupo municipal do PSD tem demonstrado coerência na sua ação nesta Assembleia. Quando, quem desempenha funções executivas como um presidente de junta de freguesia, um presidente de câmara ou, neste caso, membros do Governo Regional, não têm humildade para corrigir o que deve ser corrigido, a situação está mal e não temos problemas em assumi-lo.

Pelo que já ouvimos e auscultámos, realmente é preciso melhorar em alguns aspetos; contudo, senhora deputada e senhores membros da Assembleia Municipal, temos que ser sérios e rigorosos quando fazemos política e afirmamos certas questões. Pelo que sei de acordo com o que foi falado, até ao dia de hoje nenhuma tutela agiu como a atual, sentando-se à mesa com os agentes culturais, e o antigo regime de 1,5 milhões de euros passou para 2 milhões. Isto é factual.

Concordo que deve haver e há melhorias para não deixar órfãos, os grupos que a senhora deputada acabou de referir, e também não vemos de bom grado a alteração de regras a meio do campeonato, mas não estamos perante um cataclismo em relação ao setor da cultura. Houve auscultação do setor e há mais verbas, o que não aconteceu no passado, por isso temos que ser rigorosos na apresentação dos factos.

Está a acontecer um minidebate regional na Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, que tem legitimidade para o fazer. A senhora deputada municipal Isabel Berbereia referiu-se várias vezes à região autónoma dos Açores, quando acho que nos deveríamos cingir ao nosso concelho; mencionou e muito bem, alguns grupos de Angra do Heroísmo que, ao que parece, foram penalizados, por isso somos também solidários e as situações devem ser revertidas dentro do possível.

Não sei se a senhora deputada tem na sua posse, as verbas do Angrajazz de anos anteriores e consegue compará-las com a verba que foi disponibilizada este ano, porque acho que não diminuiu. Não estou a desculpar nada, apenas a ser rigoroso nos factos que temos que apresentar nesta casa. Como não tenho a certeza, pergunto se a senhora ou outros deputados municipais da sua bancada, têm acesso a esses dados. Estou 90 % confiante que houve um aumento da verba destinada ao Angrajazz.

Não se trata de desculpabilização, porque nos vamos abster na votação deste ponto, ao contrário do que fez a bancada municipal do Partido Socialista, que votou contra um Voto de Congratulação que aqui apresentámos. Sei que somos poucos, mas a democracia é mesmo assim, e não temos qualquer problema em abster-nos quando a verdade assim o impera. Neste caso em concreto, algumas injustiças são uma realidade, mas existe uma casa própria para se debaterem assuntos ao nível regional, da qual tenho orgulho em fazer parte.

Estamos também solidários para com os grupos do concelho de Angra do Heroísmo, há pouco referidos pela senhora deputada municipal Isabel Berbereia, e estaremos aqui para ajudar no que pudermos em termos de influência de magistratura e também na Assembleia Municipal de Angra.

Quando criticamos, temos também que propor. Estaremos aqui para contribuir para uma solução que melhore esta injustiça, mas temos que ser criteriosos com os factos. Perante todas estas injustiças, a tutela ouviu pela primeira vez os agentes culturais, pedindo-lhes contributos, e neste momento o valor total passou de 1,5 para dois milhões de euros.

Sr. d. m. Rogério Sousa: – Boa tarde senhor presidente e restantes membros da Mesa, senhora presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Caro deputado municipal Paulo Chaves, no que respeita a este assunto, temos mesmo que falar com seriedade, propriedade e conhecimento, e fico deveras contente que centremos o nosso debate em questões que digam respeito ao concelho de Angra do Heroísmo.

O senhor não estava cá mas, já que estamos a falar do que se passou há 24 anos como se todos fossem a mesma coisa, vamos dizer as coisas como elas são. De facto, era-nos pedido que usássemos a nossa magistratura, influência e poder junto dos camaradas socialistas que na altura estavam na Assembleia Legislativa Regional, da qual o senhor também faz parte neste momento, precisamente para lhes apresentar as pequenas preocupações de uma Assembleia Municipal.

Cingindo-nos à realidade angrense, o Decreto Legislativo Regional de 2014 que regula o RJAAC, nunca foi alterado. Apesar de a tutela advogar abertura e defender a possibilidade de os ouvir, a verdade é que não tem sido sensível às reivindicações dos agentes culturais, nomeadamente o MOVA (Movimento pela Arte e Cultura nos Açores), acerca do qual, o jornal «Açoriano Oriental» já fez notícia.

Existe uma pequena diferença entre o «vamos ser sérios» e o «dizer a verdade», porque as pessoas podem estar a falar seriamente naquilo em que acreditam, o que nem sempre poderá corresponder à verdade.

Ao jeito de uma belíssima oferta de Natal, no dia 24 de dezembro esta tutela alterou o Decreto Regulamentar Regional referente ao RJAAC sem auscultação nem motivos para o fazer na altura. Se havia vontade para alterar o Decreto Legislativo Regional, como a senhora secretária referiu mais do que uma vez, dever-se-ia esperar pela oportunidade de alterar ambos os decretos, mas manteve-se o DLR e alterou-se o DRR com a criação de patamares e as diferenças entre os apoios singulares e os apoios sustentados – e bem – à semelhança do

que é referido na DGARTES; contudo, há uma diferença entre esta, o Instituto do Cinema e do Audiovisual e outras entidades nacionais, que sabem que a sua existência não faz sentido sem os agentes culturais.

A Direção Regional da Cultura, há muito que acha que está a fazer um favor aos agentes culturais ao atribuir-lhes estes apoios mas, senhor deputado, a verdade é que temos que perceber a diferença entre a promessa de alteração de 1,5 para 2 milhões de euros e a execução efetiva.

Uma coisa é anunciar e prometer, a outra é executar, e há um conjunto de incongruências e irregularidades na aplicação do Decreto Regulamentar Regional, às quais a tutela não foi nada sensível. Foram definidos oito patamares que, segundo o DRR, devem ter dotação financeira, senão não são patamares, mas não houve dotação financeira para alguns porque a tutela, arbitrariamente assim o entendeu, e é aqui que as coisas se complicam. Para alguns patamares, não vai haver dinheiro e para outros, apenas haverá para um só projeto.

Vários agentes culturais açorianos, também os de Angra do Heroísmo, questionaram as razões desta dotação financeira, aparentemente arbitrária, e obtiveram zero respostas. Os agentes concorreram, foi-lhes apresentada uma lista de seriação com os elementos de majoração, a seguir sai a lista dos patamares e os agentes culturais constataram que havia cinco candidatos para um só patamar, sabendo-se arbitrariamente que apenas haveria a disponibilidade de quatro lugares.

A tutela perguntou se os agentes queriam desistir do respetivo patamar, tendo em conta os cinco concorrentes para quatro lugares. Infelizmente e na minha opinião, muitos agentes culturais mudaram o patamar, o que não está previsto na lei, aceitando que mais vale receber quinhentos, do que não receber nada – algo que compreendo – mas não há alteração no orçamento e a senhora diretora regional da Cultura deixou bem claro que o projeto vai ser executado, independentemente de tudo isto.

Dando um exemplo, se um evento como o Folk Azores, tiver uma dotação financeira de vinte mil euros, a DRAC diz que se poderá candidatar ao patamar dos quinze mil, havendo apenas o financiamento de 75 % deste valor. O agente cultural candidata-se, recebe cinco mil euros de financiamento, mas terá que executar 25 mil, o valor que estava inicialmente previsto.

Resumindo, os agentes culturais mudaram de patamar, alteraram o seu projeto para tentarem acomodar o apoio que, possivelmente receberão da Direção Regional da Cultura, que não prevê nem solicita uma reformulação do projeto. Esta é das primeiras bases da DGARTES e do Instituto do Cinema e do Audiovisual, aos quais o Cineclube da Ilha Terceira por vezes apresenta candidaturas. Se o apoio concedido é inferior ao que está inicialmente previsto no orçamento, terá que se feito um ajuste ao valor do apoio, mas a senhora diretora regional da Cultura entende que não é assim.

No que diz respeito aos agentes culturais de Angra do Heroísmo, estamos a falar de uma arbitrariedade na atribuição dos valores orçamentais por cada patamar, havendo patamares vazios, aos quais as entidades não se podem candidatar, o que não faz sentido, nem consta no DRR. Como disse o senhor deputado Paulo Chaves, de facto a senhora secretária mostrou

abertura para falarem com ela, mas o resultado tem sido nulo como se pode ver pelo comunicado publicado pelo MOVA e através de outros agentes culturais.

Para terem uma melhor noção da situação, houve a disponibilidade de apenas quinhentos euros ou nenhuma verba para alguns projetos, que habitualmente eram financiados em três ou quatro mil euros. A Associação de Juventude Viola da Terra dos Açores, que o Governo Regional pretende inscrever como património nacional, algo que é exclusivamente nosso, não beneficiou de qualquer apoio e viu-se obrigada a cancelar as suas atividades.

Se o Governo está de acordo com os agentes ou associações culturais, ao menos deveria haver algum entendimento. Conheço o RJAAC desde o seu início, por isso estou também a par das más decisões do passado, mas nunca houve como agora, tantos agentes culturais indignados e calados com medo de represálias futuras, o que é inadmissível. Convido o meu querido colega deputado municipal Paulo Chaves a exercer a sua influência de magistratura, começando talvez por votar favoravelmente o Voto de Protesto que temos em debate.

Sra. d. m. Rita Santos: – Boa tarde senhor presidente e senhoras secretárias da Mesa, senhora presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados municipais.

O senhor deputado Paulo Chaves falou, e muito bem, de números e de valores concretos, mas lembro que este Voto de Protesto é referente ao apoio do RJAAC à cultura. Não posso dizer nada a respeito do Angra Jazz, porque não disponho de informações, mas posso falar-lhe de outros eventos.

Em 2019, o apoio atribuído pela Cultura ao Folk Azores, foi de 25 mil euros. Como todos sabemos, em 2020 e 2021 o festival não se realizou devido à pandemia da Covid-19, e daí para a frente o valor desse apoio caiu para dez mil euros. Sabem quanto custa o Folk Azores? O senhor presidente da Mesa e a senhora presidente da Câmara sabem que o festival custa noventa mil euros, quando recebe dez mil euros do Governo Regional, que diz ser o seu maior patrocinador, o que não corresponde à verdade, porque é a Câmara Municipal de Angra quem mais o apoia. O Governo Regional dos Açores concede um apoio de dez mil euros a um festival que é uma marca muito importante do concelho de Angra e da ilha Terceira, está em risco de não voltar a realizar-se, e vai acontecer este ano porque os grupos convidados já marcaram as suas viagens.

O Governo Regional diminuiu e dificultou os apoios ao Folk Azores, o que muito me preocupa como angrense. Fiz parte da sua direção durante alguns anos, por isso falo com conhecimento de causa e preocupo-me que a única entidade que apoia e faz com que o Folk Azores aconteça, é a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo que, como todos já concordámos, não pode continuar a suportar todos os apoios que deveriam ser partilhados com o Governo Regional dos Açores. É totalmente inconcebível esta diminuição do apoio a um festival desta dimensão, que traz tantas pessoas à ilha Terceira.

Sra. d. m. Marília Vargas: – Boa tarde senhor presidente da Assembleia e senhoras membros da Mesa, senhora presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados municipais e quem nos ouve lá em casa.

É certo que não estamos aqui para fazer política regional mas, a partir do momento em que a mesma influencia a nossa política local, temos toda a legitimidade para defender os nossos agentes culturais.

Gostaria de dar uma pequena achega em relação ao Angrajazz, cuja organização criticou os apoios da Direção Regional da Cultura em 2025. O festival estava orçado em 110 mil euros e acabou por se realizar devido ao apoio concedido pela Câmara Municipal de Angra. Para que não haja dúvidas, na altura foi dito que o apoio concedido ao festival Angrajazz há 25 anos, era quatro vezes superior ao de hoje.

Em defesa dos nossos agentes culturais, faço também o apelo para que os senhores deputados municipais do PSD, do CDS-PP e do CHEGA votem favoravelmente este Voto de Protesto ao Governo Regional dos Açores pelas enormes restrições aos apoios culturais.

Sr. d. m. Paulo Chaves: – Agradeço os esclarecimentos dos senhores deputados da bancada municipal do Partido Socialista, mas temos visões contrárias, neste caso em relação ao destinatário deste Voto de Protesto.

Se os deputados do PSD, representados em menor número nesta Assembleia Municipal como resultado das eleições democráticas ocorridas no final do ano 2025, propuseram um Voto de Congratulação ao Governo Regional, que o Partido Socialista – e muito bem – votou contra por não concordar com esse tipo de autoelogio, a bancada municipal do PSD vai abster-se porque assume, sem qualquer problema, que deve ser corrigido aquilo que for necessário corrigir; mais do que isso, fica disponível para, se for necessário, ir à procura de uma solução juntamente com a bancada do Partido Socialista em Angra e posteriormente noutros âmbitos regionais.

Sra. d. m. Michéle Aguiar: – Vou usar uma expressão do senhor deputado Rogério Sousa «propriedade e conhecimento» para justificar o nosso posicionamento de voto. Além do Partido Socialista, ninguém nesta Assembleia teve acesso ao conteúdo deste Voto de Protesto; assim sendo, não nos é possível fazer uma análise crítica e assumir uma posição consciente e atempada do referido voto. Em segundo lugar, consideramos que este tema tem uma sede própria para ser debatido, que é a Assembleia Legislativa Regional dos Açores. Por esse motivo vamos abster-nos na presente votação.

Sr. presidente da Mesa: – Lamento a não distribuição deste voto e em sessões futuras temos que ser mais rigorosos sobre os prazos de entrega.

Sr. d. m. José Toste: – Pedi a palavra, tendo em conta a pertinência deste Voto de Protesto para o concelho de Angra do Heroísmo, sublinhando que não se trata de uma matéria de âmbito regional.

Como foi aqui referido por diversas vezes, sempre que o Governo Regional falha com os agentes culturais de Angra do Heroísmo, é a Câmara Municipal que o substitui prestando os apoios necessários, o que não deixa de ser um problema. Apesar de serem por nós elogiadas, estas ações significam que há verbas que são alocadas a setores da responsabilidade do Governo Regional, acabando por fazer falta às áreas de responsabilidade primacial do município de Angra. Sabemos que é feito um esforço para que as suas responsabilidades não

sejam relegadas para segundo plano, mas a verdade é que seria dado outro tipo de resposta nas áreas da responsabilidade do executivo camarário, se o setor cultural obtivesse o devido suporte junto do Governo Regional dos Açores.

É importante referir que, apesar de existirem outras que poderão ser momentâneas, Angra do Heroísmo permanecerá sempre a cidade capital da cultura dos Açores, daí que todos os apoios à cultura sejam determinantes para a sua relevância cultural no panorama regional. Esta é uma questão de âmbito concelhio que tem consequências práticas no dia a dia da vida do executivo municipal, apesar de não negarmos o seu nível de discussão no âmbito regional, já que as alterações ao RJAAC devem ser feitas pelos órgãos próprios da autonomia regional.

Elogiamos o município de Angra do Heroísmo pelo apoio prestado aos agentes culturais, substituindo-se ao Governo Regional, mas não deixamos de lamentar que estas verbas acabem por não ser alocadas às principais áreas de intervenção do município que, como disse, não são descoradas, mas não podemos esquecer que é exigido um esforço adicional à autarquia.

Este Voto de Protesto está a ser apresentado na sede própria, tendo em conta a sua relação com a atividade cultural do município de Angra do Heroísmo, e quem entender que as coisas não foram feitas de forma correta, poderá apresentar os seus votos de protesto com outro tipo de conteúdo.

Como apelo final, havendo unanimidade, mais força terá um voto de protesto. Houve aqui a tentativa de dizer que um posicionamento de abstenção seria puramente formal para contrastar com outros posicionamentos do Partido Socialista em relação a votos de outra tipologia, mas cada voto vale por si e não deve haver qualquer tipo de negociação política.

Se entenderem que este Voto de Protesto faz sentido devido a situações menos corretas que é necessário corrigir, porque houve associações culturais que saíram prejudicadas, o voto a favor é o sinal que deve ser transmitido às associações culturais e a quem tem a responsabilidade máxima, designadamente o Governo Regional que, infelizmente, não esteve bem.

Não deve haver aqui uma troca de sentidos de voto em termos abstratos, mas sim um pronunciamento sobre este voto em concreto. Quando o Partido Social Democrata entender louvar aqui comportamentos que a bancada do Partido Socialista considerar louváveis, pois votá-los-emos favoravelmente. Quando acharmos que não seja suficiente e mais deverá ser feito, manteremos a nossa autonomia estratégica, uma terminologia utilizada pela Coligação. Manteremos a nossa autonomia estratégica e apelamos ao grupo municipal da Coligação que mantenha também a sua, face à Coligação que nos governa.

O Voto de Protesto foi aprovado por maioria, com 24 votos a favor, sendo 23 do Partido Socialista e 1 do Partido Social Democrata e 16 abstenções, sendo 1 do Partido Socialista, 11 do Partido Social Democrata, 3 do CDS-PP e 1 do deputado municipal do CHEGA. (72/2026/AMAH).

Sr. presidente da Mesa: – Chegámos ao fim dos nossos trabalhos. Informo os senhores membros da Assembleia Municipal que a próxima sessão está agendada para o dia 25 de

setembro e que já recebemos as nomeações do grupo de trabalho que foi aprovado na sessão anterior desta Assembleia, visando a redução da burocracia. O grupo será composto pelos seguintes membros da Assembleia Municipal:

- Do PS: o senhor deputado municipal **José Miguel Toste**.
- Do PSD: a senhora deputada municipal **Márcia Pavão Martins**.
- Do CDS-PP: a senhora deputada municipal **Michéle Soveta Aguiar**.
- Do CHEGA: o senhor deputado municipal **José Macedo Rodrigues Bernardo**.

Foi pedido um representante da Câmara do Comércio e Indústria de Angra do Heroísmo, que ainda não respondeu. De qualquer forma e para dar início aos trabalhos nos termos do nosso regimento, será convocada para os próximos dias uma reunião de instalação deste grupo, na qual estarei presente; depois, o grupo nomeará o seu coordenador.

A senhora deputada municipal Wendy Mary Toste Ferreira Vieira, na qualidade de 1.ª secretária da Mesa, procedeu à leitura da minuta das deliberações que, após votação, foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão por volta das 12h55min do dia 12 de junho de 2026, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

O presidente da Mesa da Assembleia Municipal

José Gabriel do Álamo de Meneses